



Simulado Final **SEFAZ SP**

Auditor Fiscal Da Receita Estadual
Gestão Tributária **Pós-Edital**



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SP**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual - Gestão Tributária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/8AqasWUJMrtXtneU6>

1 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE	131 - ABCDE	157 - ABCDE	183 - ABCDE	209 - ABCDE	235 - ABCDE
2 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE	132 - ABCDE	158 - ABCDE	184 - ABCDE	210 - ABCDE	236 - ABCDE
3 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE	133 - ABCDE	159 - ABCDE	185 - ABCDE	211 - ABCDE	237 - ABCDE
4 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE	134 - ABCDE	160 - ABCDE	186 - ABCDE	212 - ABCDE	238 - ABCDE
5 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE	135 - ABCDE	161 - ABCDE	187 - ABCDE	213 - ABCDE	239 - ABCDE
6 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE	136 - ABCDE	162 - ABCDE	188 - ABCDE	214 - ABCDE	240 - ABCDE
7 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE	137 - ABCDE	163 - ABCDE	189 - ABCDE	215 - ABCDE	241 - ABCDE
8 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE	138 - ABCDE	164 - ABCDE	190 - ABCDE	216 - ABCDE	242 - ABCDE
9 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE	139 - ABCDE	165 - ABCDE	191 - ABCDE	217 - ABCDE	243 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE	140 - ABCDE	166 - ABCDE	192 - ABCDE	218 - ABCDE	244 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE	141 - ABCDE	167 - ABCDE	193 - ABCDE	219 - ABCDE	245 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE	142 - ABCDE	168 - ABCDE	194 - ABCDE	220 - ABCDE	246 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE	143 - ABCDE	169 - ABCDE	195 - ABCDE	221 - ABCDE	247 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE	144 - ABCDE	170 - ABCDE	196 - ABCDE	222 - ABCDE	248 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE	145 - ABCDE	171 - ABCDE	197 - ABCDE	223 - ABCDE	249 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE	146 - ABCDE	172 - ABCDE	198 - ABCDE	224 - ABCDE	250 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE	147 - ABCDE	173 - ABCDE	199 - ABCDE	225 - ABCDE	251 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE	148 - ABCDE	174 - ABCDE	200 - ABCDE	226 - ABCDE	252 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE	149 - ABCDE	175 - ABCDE	201 - ABCDE	227 - ABCDE	253 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE	150 - ABCDE	176 - ABCDE	202 - ABCDE	228 - ABCDE	254 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE	151 - ABCDE	177 - ABCDE	203 - ABCDE	229 - ABCDE	255 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE	152 - ABCDE	178 - ABCDE	204 - ABCDE	230 - ABCDE	256 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE	153 - ABCDE	179 - ABCDE	205 - ABCDE	231 - ABCDE	257 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE	154 - ABCDE	180 - ABCDE	206 - ABCDE	232 - ABCDE	258 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE	155 - ABCDE	181 - ABCDE	207 - ABCDE	233 - ABCDE	259 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE	156 - ABCDE	182 - ABCDE	208 - ABCDE	234 - ABCDE	260 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/q3DC>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

TEXTO 01

O Brasil sofre um terrível atraso metodológico no tratamento do riso, do humor! Sim, o humor “é coisa séria”. Para se dizer o menos, é o riso que desnuda o tirano, que faz troça dos famosos e poderosos. Seus limites, por mais indesejáveis, repugnantes e odiosas que sejam as anedotas, os gracejos, os chistes, os sketches, as pantomimas, devem ser venerados! É preciso lembrar uma situação fundamental: o humor opera no reino da fantasia, da linguagem, da abstração do real. Não é emissor de um desejo. Não é um *statement*, nem uma incitação à prática de um fato real.

Antes de se falar em limite para a liberdade de expressão no humor, é necessário compreender que “limitar” o humor é o mesmo que “limitar” uma metáfora, uma ironia, uma aliteração e assim por diante. Quem, numa hipérbole, fala que “fulano morreu de frio” não quer dizer que fulano está “morto”. Muito menos desejar que esteja morto. Só um tolo acreditaria nisso; ou alguém que não tenha o mínimo controle da linguagem; ou, pior, alguém malicioso, que saiba o que é uma hipérbole e deseja forçar uma maliciosa interpretação errônea, para atingir um interesse pessoal que não caiba naquela linguagem.

Henri Bergson bem coloca a seriedade e complexidade do riso quando alerta que “os maiores pensadores, desde Aristóteles, enfrentaram este ... problema, que sempre se dissimula ante seus esforços, desloca-se, escapa e ressurge, impertinente desafio lançado à especulação filosófica.” Uma tal complexidade não pode ser resolvida com análises simplórias. Muito menos para sustentar condenações. Não! Um processo judicial não é lugar para definir se o riso deve ser calado. O juiz não é um iluminado que descobriu os limites do riso, aquilo que a filosofia discute há séculos. Tenhamos um mínimo de senso do ridículo, já que a humildade seria pedir muito.

(Fonte: ALOCHIO, Luiz Henrique Antunes. **Migalhas**. Disponível em: migalhas.com.br)

1. Uma justificativa plausível de que “um processo judicial não é lugar para definir se o riso deve ser calado” (3º parágrafo) vem expressa neste segmento do texto:

- a) o Brasil sofre um terrível atraso metodológico no tratamento do riso, do humor! (1º parágrafo)
- b) é o riso que desnuda o tirano, que faz troça dos famosos e poderosos. (1º parágrafo)
- c) o humor opera no reino da fantasia, da linguagem, da abstração do real. (1º parágrafo)
- d) Só um tolo acreditaria nisso; ou alguém que não tenha o mínimo controle da linguagem. (2º parágrafo)
- e) Tenhamos um mínimo de senso do ridículo, já que a humildade seria pedir muito. (3º parágrafo)

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) terrível atraso metodológico (1º parágrafo) = grave defasagem nos procedimentos de análise.
- b) forçar uma maliciosa interpretação errônea (2º parágrafo) = empreender, de má-fé, uma leitura distorcida.
- c) sempre se dissimula ante seus esforços (3º parágrafo) = insistentemente se oculta diante de suas iniciativas.
- d) impertinente desafio lançado à especulação filosófica (3º parágrafo) = descabida provocação oriunda da reflexão filosófica.
- e) um mínimo de senso do ridículo (3º parágrafo) = uma parcela de percepção do absurdo.

3. Considerado o contexto, a expressão “Muito menos” (3º parágrafo)

- a) foi empregada em sentido figurado.
- b) expressa ideia de pequena quantidade.
- c) introduz uma ressalva ao que foi afirmado antes.
- d) tem relação de gradação que potencializa a negativa anterior.
- e) foi empregada para realçar a frase, sendo desnecessária ao sentido.

4. O trecho “o humor ‘é coisa séria’” (1º parágrafo) exemplifica o uso de:

- a) hipérbole, por intensificar a ideia de que o humor não deve ser subestimado em processos judiciais.
- b) ironia, por usar a ambiguidade para afirmar exatamente o contrário do que se pretende comunicar.
- c) personificação, por atribuir ao humor um traço típico do comportamento do ser humano.
- d) antítese, por aproximar palavras de sentido contrário para gerar um contraste expressivo.
- e) eufemismo, por suavizar a gravidade do tema, evitando a menção direta a conflitos e censura.

5. Analise as afirmações a respeito do uso da palavra “se” em destaque nos trechos abaixo.

- I. Em “Antes de se falar em limite para a liberdade de expressão no humor” (2º parágrafo), ela indica indeterminação do sujeito.
- II. Em “que sempre se dissimula ante seus esforços” (3º parágrafo), ela assume a função de partícula apassivadora.
- III. Em “Um processo judicial não é lugar para definir se o riso deve ser calado” (3º parágrafo), ela introduz uma complementação do sentido do verbo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.

c) III.

d) I e III.

e) II e III.

6. Deve-se empregar o sinal indicativo de crase no termo sublinhado em:

- a) No Brasil, confunde-se cada vez mais a liberdade de expressão no humor com a intenção criminosa.
- b) Limitar o humor é semelhante a restringir metáforas ou, pior ainda, atribuir delito a uma hipérbole.
- c) Em uma sociedade plural, o humor é parte importante da liberdade a qual protege o que nos incomoda.
- d) Não cabe a função jurisdicional fixar fronteiras do riso, mas sim ater-se ao cumprimento do ordenamento jurídico.
- e) Quando a literalidade se torna juíza do riso, o zelo moral deixa de ser proteção e passa a ser apenas uma máscara para o abuso.

7. Nos segmentos abaixo, o termo “que” é pronome relativo em:

- a) *é o riso que desnuda o tirano.*
- b) *saiba o que é uma hipérbole.*
- c) *não quer dizer que fulano está “morto”.*
- d) *Muito menos desejar que esteja morto.*
- e) *Quem, numa hipérbole, fala que “fulano morreu de frio”.*

8. Mantendo as relações de sentido estabelecidas no contexto, o termo sublinhado em *Tenhamos um mínimo de senso do ridículo, já que a humildade seria pedir muito* pode ser substituído por:

- a) se bem que
- b) ainda que
- c) na medida em que
- d) desde que
- e) ao passo que

TEXTO 02

Chamamos atenção para isto: não há comicidade fora do que é propriamente *humano*. Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia, porém jamais risível. Riremos de um animal, mas porque teremos surpreendido nele uma atitude de homem ou certa expressão humana. Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será um pedaço de feltro ou palha, senão a forma que alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele assumiu. Como é possível que fato tão importante, em sua simplicidade, não tenha merecido atenção mais acurada dos filósofos? Já se definiu o homem como “um animal que ri”. Poderia também ter sido definido como um animal que faz rir, pois se outro animal o conseguisse, ou algum objeto inanimado, seria por semelhança com o homem, pela característica impressa pelo homem ou pelo uso que o homem dele faz.

(Fonte: BERGSON, Henri. **O Riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983)

9. Ao afirmar que *não há comicidade fora do que é propriamente humano*, o autor do texto está considerando

- a) que a comicidade é subjetiva e varia de pessoa para pessoa.
- b) que apenas pessoas propriamente ditas provocam o riso.
- c) que o humano é condição necessária para o cômico.
- d) que o cômico exige intenção consciente do homem.
- e) que a comicidade se restringe às ações humanas.

10. No trecho *Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será um pedaço de feltro ou palha, senão a forma que alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele assumiu* (4º período), os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a:

- a) forma - cômico - pedaço
- b) pedaço - chapéu - pedaço
- c) pedaço - chapéu - chapéu
- d) forma - chapéu - chapéu

e) cômico - pedaço - alguém

11. [...] pois se outro animal o conseguisse, ou algum objeto inanimado, seria por semelhança com o homem.

A adequada correlação entre os tempos e os modos da frase acima estará mantida nesta outra configuração, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- a) tivesse conseguido - terá sido
- b) conseguir - será.
- c) consiga - seria.
- d) houvesse conseguido - tinha sido.
- e) tenha conseguido - teria sido.

12. *Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será um pedaço de feltro ou palha, senão a forma que alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele assumiu.*

No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de

- a) concessão.
- b) oposição.
- c) consequência.
- d) condição.
- e) comparação.

13. O segmento sublinhado em “*Como é possível que fato tão importante, em sua simplicidade, não tenha merecido atenção mais acurada dos filósofos?*” exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:

- a) *pois se outro animal o conseguisse*
- b) *senão a forma que alguém lhe deu*
- c) *não será um pedaço de feltro ou palha*
- d) *Já se definiu o homem como “um animal que ri”*
- e) *não há comicidade fora do que é propriamente humano*

14. *porque teremos surpreendido nele uma atitude de homem ou certa expressão humana.*

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante deverá ser

- a) haverão de surpreender.
- b) será surpreendida.
- c) teremos sido surpreendidos.
- d) terão sido surpreendidos.
- e) terá sido surpreendida.

15. É regular o emprego do elemento sublinhado na seguinte construção:

- a) A comicidade é um fenômeno que não se pode fazer menção sem reconhecer suas ligações viscerais com a natureza humana.
- b) Uma vez que entendemos o valor estético pela qual a paisagem está submetida, descarta-se qualquer caráter risível dela.
- c) O riso a que se destina ao animal decorre da percepção de uma expressão humana que nele se identifica inesperadamente.
- d) Não é pelo fato de um chapéu ser de feltro ou de palha que ele é risível, e sim pela forma cujo alguém lhe conferiu.
- e) O homem poderia ser definido como o ser a cujas expressões todos os outros se assemelham quando provocam riso.

TEXTO 03

O poder e a troça

Há vários casos de reis que ficaram bobos, mas não há notícia de uma só corte onde o bobo chegasse a rei. É a sua inaptidão para o poder que garante a impunidade do bobo. Quanto mais forte o rei, mais irreverente o bobo. E há uma sutil cumplicidade entre o poder e a troça. Sempre desconfiei das razões de César para ter a seu lado o infeliz cujo único encargo na vida era cochichar ao ouvido do imperador, nos seus momentos de glória, “Não esqueças, és mortal”. Formidável é o reverso do arranjo. Nas suas piores depressões, César tinha este consolo

insuperável: pior do que aquele imbecil ao pé de seu ouvido ele nunca seria.

Quanto mais forte o poder, mais impune o bobo. Num sistema que não teme o ridículo o bobo é o homem mais livre e mais inconsequente da corte. Seu único risco ocupacional é o rei não entender a piada. A consciência do império, como o tal que frequentava a orelha de César, é um bobo que subiu na vida. Com pouco mais tempo de serviço chegará a filósofo, um pouquinho mais e se aposenta como oráculo. Cada vez mais longe do poder, portanto. Não foram os sábios epigramas de Hamlet que derrubaram o rei. Que eu me lembre, foi um florete com a ponta envenenada. O que não é piada.

A troça só preocupa o poder bastardo, que tem dúvidas sobre a própria legitimidade. O estado totalitário é uma paródia da monarquia absoluta, e quem denunciar a farsa denuncia tudo. Nesse caso toda piada tem a ponta envenenada, todo bobo é uma ameaça. O alvo principal da irreverência nunca é o poder, é a reverência em si. Um poder secular que exige respeito religioso está exposto ao ridículo por todos os lados. O rei não está apenas nu, não é nem rei. Não é certo dizer que nenhuma ditadura tem senso de humor. Pelo contrário, têm um senso agudo do ridículo. Entendem todas as piadas. Mil vezes a respeitosa atenção de uma junta de coronéis modernos do que a distraída condescendência das antigas cortes, é o que qualquer bobo lhe dirá, minutos antes de ser fuzilado.

(Fonte: Veríssimo, Luís Fernando. **Veríssimo antológico**: meio século de crônicas, ou coisa parecida. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020)

16. De acordo com o texto,

- a) a impunidade do bobo da corte corresponde inversamente proporcional à sua capacidade política.
- b) embora a irreverência mire prioritariamente nos governantes, ela acaba acertando a própria reverência em si.
- c) a irreverência do bobo só se sustenta diante de governos fortes que torna defeso ridicularizar o próprio poder.
- d) devido à incapacidade de apreenderem as piadas, os regimes totalitários reagem de modo violento ao humor.
- e) a ascensão do bobo a conselheiro do império decorre da influência política conquistada junto ao governante.

17. O título “O poder e a troça” articula-se com o texto por meio da

- a) equiparação entre o poder e o humor como forças antagônicas de disputa no campo político.
- b) restrição da troça ao âmbito do entretenimento das cortes reais, desprovida de implicações políticas ou sociais.
- c) antítese entre a soberania real e a irreverência do bobo, revelando como essa dinâmica tensiona as estruturas de poder.
- d) indicação de proximidade entre poder e humor, favorecendo a tolerância à irreverência, mesmo em governos bastardos.
- e) antecipação de uma relação de tensão e cumplicidade, em que a liberdade do bobo oscila conforme a segurança do poder.

18. O cronista recorre à figura de linguagem conhecida como catacrese em:

- a) *pior do que aquele imbecil ao pé de seu ouvido ele nunca seria* (1º parágrafo)
- b) *Nesse caso toda piada tem a ponta envenenada* (3º parágrafo)
- c) *O rei não está apenas nu, não é nem rei* (3º parágrafo)
- d) *A consciência do império, como o tal que frequentava a orelha de César, é um bobo que subiu na vida* (2º parágrafo)
- e) *Mil vezes a respeitosa atenção de uma junta de coronéis modernos do que a distraída condescendência das antigas cortes* (3º parágrafo)

19. O cronista se dirige diretamente a seu leitor no seguinte trecho do texto:

- a) *O que não é piada* (2º parágrafo)
- b) *Não esqueças, és mortal* (1º parágrafo)
- c) *é o que qualquer bobo lhe dirá* (3º parágrafo)
- d) *e quem denunciar a farsa denuncia tudo* (3º parágrafo)

e) *Que eu me lembre, foi um florete com a ponta envenenada* (2º parágrafo)

20. Transpondo-se adequadamente para o discurso **indireto** a frase “*Não esqueças, és mortal*” (1º parágrafo), ela ficará:

- a) que não esqueças que és mortal.
- b) para que não se esquecesse de que era mortal.
- c) que não esquecesse que era mortal.
- d) que não esqueça de que era mortal.
- e) para não esquecer que era mortal.

21. Considerando a ortografia padrão é correto afirmar:

- a) *notícia*, *paródia* e *distraída* têm sua acentuação determinada pela mesma regra.
- b) *irreverência* se constitui em um adjetivo formado a partir de um prefixo de negação adicionado ao termo *reverência*.
- c) o vocábulo *coronéis* recebe acento agudo por ser um paroxítono terminado em ditongo crescente.
- d) *inaptidão*, *desconfiei* e *reverso* são palavras formadas com prefixo que significa ideia contrária.
- e) monossílabos tônicos devem ser sempre acentuados, como é o caso de *só*, *está* e *há*.

22. Considere os seguintes trechos:

Seu único risco ocupacional é o rei não entender a piada. (2º parágrafo)

Não foram os sábios epigramas de Hamlet que derrubaram o rei. (2º parágrafo)

A troça só preocupa o poder bastardo... (3º parágrafo)

Os termos sublinhados são corretamente substituídos por pronomes em:

- a) entendê-la – derrubaram-no – preocupa-o
- b) a entender – o derrubaram – o preocupa
- c) a entender – lhe derrubaram – o preocupa
- d) entendê-la – derrubaram-no – lhe preocupa
- e) entendê-la – lhe derrubaram – preocupa-o

23. *É a sua inaptidão para o poder que garante a impunidade do bobo.*

Preservam-se o sentido, a clareza e a correção do período acima nesta nova redação:

- a) Garante-se ao bobo a impunidade que é a sua incapacidade para o poder.
- b) Como garantia à impunidade, o poder permanece inapto para o bobo.
- c) É por assegurar a impunidade do bobo que sua inaptidão para o poder se faz necessária.
- d) Ainda que ele seja inapto ao poder, a absolvição é afiançada ao bobo.
- e) A impunidade garantida ao bobo decorre de sua incapacidade para o poder.

24. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:

- a) Haviam em muitas cortes reais antigas os bobos cuja liberdade dependia da firmeza do soberano.
- b) Cabem aos bobos da corte, muitas vezes, dizer verdades incômodas quando o poder não teme o ridículo.
- c) Entende-se em certos governos todas as piadas e, ainda assim, fuzilam-se os que as fazem.
- d) Não bastam para o poder bastardo a força das armas e o silêncio daqueles que ousam fazer piada.
- e) Treme-se diante de quaisquer sátiras todo trono instável e toda autoridade que desconfia de sua própria legitimidade.

TEXTO 04

Se existe um traço distintivo da modernidade, é a ironia, essa sofisticação cética do espírito humano que passa pela recusa do argumento da autoridade - e pela ridicularização, mais ou menos ostensiva, da figura empolada da autoridade. A ironia duvida do poder, porque sabe que o sujeito, em público e em privado, não governa todos os seus atos e todas as suas palavras. Enquanto uns batem continência e outros se ajoelham, a ironia ri. Não leva o ego tão a sério assim. Não dá crédito

ao superego. Quando argumentam que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, a ironia gargalha: se inventou esse tal de homem, Deus só pode ser mesmo um pastel. O melhor da ironia é rir de si mesma. Ela se sabe vã, embora se saiba também onipresente (mais onipresente do que Deus). Sabe-se presente, ainda que de forma involuntária, em tudo o que se move e em tudo o que fica parado na paisagem social e nas profundezas do psiquismo de cada um. Sem ironia o que é moderno fenece. Não há mundo moderno sem o arejamento da ironia e, no fundo, é exatamente esse arejamento que nos pode vacinar contra as catedrais do fundamentalismo e da intolerância, as forças malignas que nos tracionam para o passado.

(Fonte: BUCCI, Eugênio. *Jornal Estado de S. Paulo*. Disponível em: estadao.com.br. Adaptado)

25. Ao afirmar que *“Deus só pode ser mesmo um pastel”*, o autor do texto

- a) assume uma postura crítica, em tom satírico, contestando frontalmente o argumento da autoridade.
- b) sustenta a ideia de que a própria autoridade divina é capaz de aderir à linguagem irônica da humanidade.
- c) reconhece que a ironia emerge de convicções religiosas, que operam como mecanismos de defesa contra o fanatismo.
- d) explicita como o uso da ironia reflete a desvinculação do homem moderno da autoridade divina.
- e) resgata o dogma religioso por intermédio do uso de uma figura de imagem simbólica.

26. Considerando-se o contexto, contrapõem-se quanto ao sentido, para efeito da argumentação desenvolvida pelo autor, os segmentos

- a) *Não leva o ego tão a sério assim // arejamento da ironia*
- b) *o que é moderno fenece // nos tracionam para o passado*
- c) *sofisticação cética do espírito humano // catedrais do fundamentalismo*
- d) *Não dá crédito ao superego // rir de si mesma*
- e) *ironia duvida do poder // não governa todos os seus atos*

27. O termo “fenece” pode ser substituído, sem prejuízo de sentido ao texto, por

- a) permanece.
- b) aparece.
- c) se entristece.
- d) se extingue.
- e) suaviza.

28. O verbo em destaque deve sua flexão à correlação com o segmento sublinhado em:

- a) se **inventou** esse tal de homem, Deus só pode ser mesmo um pastel
- b) Não **há** mundo moderno sem o arejamento da ironia
- c) Sem ironia o que é moderno **fenece**
- d) Se **existe** um traço distintivo da modernidade
- e) Ela se sabe vã, embora se **saiba** também onipresente

29. Considere estas orações:

- I. A ironia ridiculariza o argumento da autoridade.
- II. Mesmo de forma involuntária, a ironia se faz onipresente.
- III. A onipresença da ironia supera a do próprio Deus.

Essas orações articulam-se de modo claro, coerente e correto neste período único:

- a) Ao ridicularizar o argumento da autoridade, a ironia, ainda que involuntariamente, faz-se onipresente, superando a onipresença do próprio Deus.
- b) Ridicularizando o argumento da autoridade, a ironia se faz onipresente, embora involuntária, a qual supera o próprio Deus.
- c) A ironia se faz onipresente e ridiculariza o argumento da autoridade, porque sua onipresença, mesmo involuntária, é superada pela do próprio Deus.
- d) Conquanto seja de forma involuntária, a ironia supera a onipresença do próprio Deus e ridiculariza o argumento da autoridade.
- e) A ironia ridiculariza o argumento da autoridade, de modo que, mesmo de forma involuntária, se faça onipresente, cuja onipresença supera a do próprio Deus.

30. É plenamente regular a pontuação da frase:

- a) Na vida pública e na privada, a ironia revela que ninguém controla, integralmente o que faz e o que diz.
- b) Quando a autoridade se exhibe, a ironia a ridiculariza, e por isso, dispensa qualquer argumento da autoridade.
- c) A ironia, mesmo que surja sem intenção, espalha-se por gestos e discursos e, assim, funciona como antídoto ao dogmatismo.
- d) A modernidade, sem a ironia que a areja, fenece, porque ao perder esse respiro, volta-se aos dogmas estabelecidos.
- e) Se, de um lado, a reverência exige submissão, por outro, a ironia, que não se curva, ri e dispensa, solenidades.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

31. Um prêmio de loteria no valor de R\$ 50.000,00 foi dividido entre dois irmãos. O primeiro aplicou a sua parte a uma taxa de juros simples de 60% ao ano, pelo prazo de 8 meses. O segundo aplicou o valor recebido a uma taxa de juros simples de 4% ao mês, pelo prazo de 10 meses. Ao final dos respectivos prazos, verificou-se que os montantes produzidos pelas duas aplicações eram iguais. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) as quantias iniciais recebidas pelos irmãos são iguais.
- b) a parte recebida pelo segundo irmão é maior que a do primeiro.
- c) a parte do primeiro irmão é superior a R\$ 30.000,00.
- d) a parte do segundo irmão é inferior a R\$ 20.000,00.
- e) a parte do primeiro irmão é o dobro da do segundo.

32. Considere um cenário de antecipação de recebíveis onde uma duplicata de Valor Nominal N é descontada t períodos antes de seu vencimento, a uma taxa de juros composta i por período. Sabendo-se que a operação segue o regime de Desconto Racional Composto, a expressão algébrica que determina o valor do desconto a ser concedido é:

- a) $\frac{A[(1+i)^t - 1]}{(1+i)^t}$, onde A é o valor atual.
- b) $\frac{N(1+i)^t}{(1+i)^t}$
- c) $A - N$, onde A é o valor atual.
- d) $\frac{N[(1+i \times t) - 1]}{1 + i \times t}$
- e) $\frac{N[(1+i)^t - 1]}{(1+i)^t}$

33. Um laboratório de análises clínicas adquiriu um novo microscópio eletrônico avaliado em R\$ 12.000,00. A compra foi financiada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) em 6 parcelas mensais e sucessivas, com a primeira vencendo um mês após a compra. Sabendo que a taxa de juros contratada foi de 3% ao mês, o valor desembolsado pelo laboratório especificamente na última prestação foi de:

- a) R\$ 2.060,00
- b) R\$ 2.090,00
- c) R\$ 2.120,00
- d) R\$ 2.150,00
- e) R\$ 2.180,00

34. Um consultório odontológico planeja reformar suas instalações e negociou o pagamento de novos equipamentos em uma série de 6 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 10.000,00 cada uma. Foi acordada uma taxa de juros compostos de 2% ao mês para a operação. Sabendo que o primeiro pagamento foi realizado na data de assinatura do contrato (hoje), o valor presente dessa série de desembolsos é de, aproximadamente:

Dado: $1,02^6 \approx 1,126$.

- a) R\$ 54.672,00
- b) R\$ 55.247,00
- c) R\$ 56.181,00
- d) R\$ 57.069,00
- e) R\$ 58.520,00

35. Uma microempresária solicitou um empréstimo de R\$ 4.000,00 a uma cooperativa de crédito para reforçar seu capital de giro. O contrato prevê a devolução dessa quantia acrescida de juros compostos de 3% ao mês, em uma parcela única ao final de dois meses. A cooperativa aprovou o crédito, com a condição de que a empresária pagasse, no momento da liberação dos recursos, uma taxa administrativa de R\$ 80,00 referente a custos operacionais. Para a empresária, o valor que mais se aproxima da taxa efetiva de juros dessa transação para o período total de 2 meses é:

- a) 7,89%
- b) 6,83%
- c) 8,26%
- d) 6,09%
- e) 8,85%

36. Se necessário, utilize os dados abaixo para responder à questão a seguir:

Dados:
$(1,07)^{12} = 2,25$
$(1,07)^{24} = 5,07$
$(1,07)^9 = 1,84$
$(1,05)^{12} = 1,80$

Uma empresa de logística obteve um empréstimo de R\$ 200.000,00 para renovar sua frota. O financiamento deverá ser pago em 2 anos pelo Sistema Francês de Amortização, com uma taxa nominal de 84% ao ano, capitalizada mensalmente. O valor aproximado da amortização correspondente à 10ª prestação é de:

- a) R\$ 8.490,50
- b) R\$ 6.329,60
- c) R\$ 12.800,45
- d) R\$ 10.250,10
- e) R\$ 4.150,80

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

37. Uma auditoria interna analisou o tempo (em horas) gasto por 12 servidores na elaboração de relatórios técnicos:

4, 5, 6, 6, 7, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 25

Sabendo que a política do órgão determina investigação quando houver outliers pelo critério do intervalo interquartílico (IQR), é correto afirmar que:

- a) Não há outliers, pois todos os valores estão dentro de 1,5 desvios-padrão da média.
- b) Há dois outliers superiores identificados pelo critério do IQR.
- c) O valor 13 é outlier inferior.
- d) Há exatamente um outlier superior identificado pelo critério do IQR.
- e) Não é possível aplicar o critério do IQR com amostra menor que 15 observações.

38. Em determinado setor, 30% dos processos analisados apresentam inconsistência formal. Um sistema automatizado para detectar inconsistências apresenta um falso negativo com 10% e um falso positivo de 20%.

Selecionado um processo que foi classificado pelo sistema como “inconsistente”, a probabilidade de ele realmente conter inconsistência é:

- a) 0,63
- b) 0,66
- c) 0,72
- d) 0,79
- e) 0,84

39. O número de requerimentos deferidos por um servidor em determinado dia pode ser modelado por uma variável binomial com $n = 100$ e $p = 0,6$. Usando aproximação normal com correção de continuidade, a probabilidade aproximada de que entre 55 e 65 requerimentos sejam deferidos é:

Dado: $\phi(1,12) = 0,8686$ e $\sqrt{24} \approx 4,9$

- a) Aproximadamente 0,52
- b) Aproximadamente 0,63
- c) Aproximadamente 0,68
- d) Aproximadamente 0,74
- e) Aproximadamente 0,82

40. Uma amostra aleatória simples de 64 processos apresentou tempo médio de tramitação de 18 dias, com desvio-padrão populacional conhecido igual a 4 dias.

O intervalo de confiança de 95% para o tempo médio populacional é:

Dado: $z_{0,025} = 1,96$.

- a) (17 ; 19)
- b) (17,5 ; 18,5)
- c) (16 ; 20)
- d) (16,98 ; 19,02)
- e) (17,02 ; 18,98)

A médica Sônia realizou um estudo considerando um modelo de regressão linear simples na forma $Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon$

em que y_i representa a quantidade de casos de obesidade no município i ; x_i representa um indicador de quantidade pessoas que bebem refrigerante referente a esse mesmo município i . A tabela a seguir mostra a tabela ANOVA resultante do ajuste desse modelo pelo método dos mínimos quadrados ordinários.

Fonte de Variação	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Média dos Quadrados	Razão F
Modelo	900	1	900	90
Erro	100	10	10	
Total	1.000	11		

41. A correlação linear entre o número de casos de obesidade (y) e a quantidade de pessoas que bebem refrigerantes (x) é igual a:

- a) $\sqrt{0,5}$
- b) $\sqrt{0,6}$
- c) $\sqrt{0,7}$
- d) $\sqrt{0,8}$
- e) $\sqrt{0,9}$

42. A variância amostral do número de casos de obesidade foi igual a:

- a) 80,5
- b) 84,5
- c) 90,9
- d) 100
- e) 103,7

43. Em um modelo de regressão múltipla:

$$Y = 5 + 2X_1 - 3X_2$$

onde:

Y : produtividade mensal,

X_1 : horas de treinamento,

X_2 : número de retrabalhos.

Se um servidor aumentar 4 horas de treinamento e reduzir 2 retrabalhos, a variação esperada na produtividade será:

- a) +2
- b) +4
- c) +8
- d) +14
- e) +16

Minalba, uma experiente estatística, ao realizar um estudo, observou que em 10 anos (de 2017 a 2026), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa NIGHT FOREVER, em milhões de reais, e o respectivo investimento anual com marketing (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X, considerando as informações registradas, em que Y1 e X1 são o faturamento e o investimento com marketing em 2017, Y2 e X2 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2018, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos investimentos com marketing de 2017 a 2026 foram, em milhões de reais, iguais a 180 e 22,5, respectivamente.

Baseado no texto, responda as questões 44 e 45.

44. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,2, então o valor de α é, milhões de reais,

- a) 15,3
- b) 16,4
- c) 17,5
- d) 18,7
- e) 19,8

45. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,2, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa investiu em marketing neste ano 3 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 16,4
- b) 17,6
- c) 18,9
- d) 19,7
- e) 19,8

RACIOCÍNIO CRÍTICO

Eduardo Mocellin

46. Quando os índices de poluição atmosférica estão elevados, os moradores de uma metrópole tendem a praticar menos atividades físicas ao ar livre e por períodos mais curtos. Quando os índices de poluição estão baixos, os moradores tendem a se exercitar ao ar livre com mais frequência e por períodos mais longos. Assim, pode-se concluir que a percepção dos moradores sobre os riscos à própria saúde influencia a frequência e a duração de suas atividades físicas externas.

O argumento acima assume que

- a) os moradores que praticam as atividades físicas mais longas quando a poluição está baixa não possuem nenhum receio de desenvolver doenças respiratórias.
- b) o tempo disponível para o lazer é maior nos dias em que a qualidade do ar é considerada boa.
- c) a maioria das pessoas prefere praticar exercícios em ambientes abertos a praticar em ambientes fechados.
- d) as percepções dos moradores sobre os riscos à própria saúde estão de alguma forma relacionadas ao índice de poluição atmosférica.
- e) as preocupações dos moradores com a qualidade do ar aumentaram significativamente nos últimos meses.

47. O volume de vendas de material didático obrigatório e exclusivo da escola de culinária "Gourmet Academy" neste ano foram o dobro das registradas no ano passado. No entanto, a média de alunos matriculados por turma na "Gourmet Academy" diminuiu em relação ao ano anterior, apesar de a escola ser a única instituição de ensino gastronômico da cidade.

A discrepância nos números de vendas apresentados é mais bem explicada pelo seguinte fato:

- a) A escola ofereceu uma variedade maior de edições de material didático para venda do que no ano anterior.
- b) Os preços do material didático na loja da escola aumentaram com relação ao ano anterior.
- c) A escola passou a ensinar diversos novos estilos de culinária neste ano, aumentando significativamente o número total de turmas oferecidas e atraindo novos alunos.
- d) A escola aumentou o valor da mensalidade de cada um de seus cursos práticos em relação ao ano anterior.
- e) A política da escola sempre exigiu estritamente que cada indivíduo utilize seu próprio material didático em cada uma das aulas.

48. O Condomínio Edifício Solar possui uma norma rígida que obriga a instalação de disjuntores inteligentes de alto custo em todas as unidades privativas. Recentemente, um grupo de condôminos reconheceu que o equipamento protege os eletrodomésticos do próprio morador contra surtos de tensão, mas protestou, alegando que a administração do condomínio só deveria regular questões que possam causar danos às áreas comuns ou aos vizinhos. Portanto, o grupo argumenta que deveria ter o direito de optar por não instalar o equipamento.

A conclusão do argumento apresentado pelos condôminos é mais seriamente enfraquecida pela seguinte afirmação:

- a) Noventa por cento dos moradores do Edifício Solar preferem instalar o disjuntor para proteger seus bens em caso de instabilidade na rede elétrica.
- b) A revogação da obrigatoriedade do equipamento levaria a um aumento drástico na taxa de condomínio cobrada de todos os moradores para cobrir o agravamento do prêmio de seguro predial global.
- c) Os edifícios comerciais no bairro vizinho são obrigados por lei municipal a utilizar disjuntores inteligentes em todas as salas.
- d) Condomínios que exigem o uso de disjuntores inteligentes apresentam uma taxa menor de queima de eletrodomésticos do que condomínios que não exigem.
- e) Moradores que não utilizam os disjuntores inteligentes sofrem prejuízos financeiros pessoais muito maiores em caso de surtos elétricos do que aqueles que os utilizam.

49. Uma construtora local contrata eletricitas autônomos temporários para finalizar as instalações de um grande empreendimento. O custo direto com os honorários pagos a esses autônomos é 30% menor do que o valor que seria cobrado por uma empresa de engenharia terceirizada para fornecer a mesma mão de obra. Mesmo após adicionar os custos de compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de contratação de seguro de vida para os autônomos, a construtora ainda gasta menos no total contratando diretamente os profissionais do que gastaria contratando a empresa de engenharia.

As informações apresentadas acima, se verdadeiras, sustentam a conclusão de que:

- a) o montante gasto com seguro de vida para os eletricitas autônomos é superior a 30% do custo dos honorários pagos a eles.
- b) os eletricitas autônomos levam 30% menos tempo para concluir as instalações do que levariam os funcionários da empresa de engenharia.
- c) a construtora paga aos eletricitas autônomos 30% menos do que a empresa de engenharia terceirizada paga aos seus próprios eletricitas contratados.
- d) a contratação de autônomos pela construtora faz com que 30% dos eletricitas da empresa de engenharia percam seus empregos.
- e) o custo somado dos EPIs e do seguro de vida para os eletricitas autônomos é inferior a 30% do valor total que seria cobrado pela empresa de engenharia.

50. Uma pesquisa confidencial revelou que 75% dos professores de uma Universidade Federal estão insatisfeitos com suas carreiras. No entanto, uma auditoria sobre as instalações físicas, recursos laboratoriais e planos de carreira da instituição não encontrou nada de excepcionalmente negativo. Assim, a reitoria da universidade concluiu que a insatisfação dos docentes deve ser o resultado de uma incidência incomumente alta de problemas pessoais por parte dos professores, em especial problemas psicológicos e de motivação.

Cada uma das alternativas a seguir, se verdadeira, coloca em dúvida a conclusão da reitoria, EXCETO:

- a) Na auditoria sobre as condições de trabalho, não se considerou o fato de que, no último ano, muitos professores da Universidade Federal ministraram aulas em um campus de extensão provisório com infraestrutura precária.
- b) Docentes em diversas universidades demonstram insatisfação com a carreira, embora não existam problemas evidentes em suas condições de trabalho ou remuneração.
- c) A concepção da reitoria sobre o que constitui um plano de carreira satisfatório não é a mesma defendida pelo corpo docente da Universidade Federal.
- d) As razões apresentadas pelos professores para explicar sua insatisfação variaram significativamente de docente para docente.
- e) Uma bateria de exames ocupacionais e psicotécnicos realizada com os professores no mês passado não revelou sinais significativos de desvios de perfil psicológico ou de motivação.

51. A "XYZ Acoustics" detém um quase monopólio no mercado de sistemas de som de alta fidelidade, cujo preço de venda é elevado. Com o objetivo de expandir sua participação de mercado, a empresa pretende lançar uma linha "Pop" de caixas de som portáteis de baixo custo. Como esse tipo de produto é praticamente desconhecido sob sua marca, a direção reconhece que o sucesso da empreitada dependerá de uma campanha publicitária massiva. A decisão estratégica definida foi financiar integralmente essa publicidade utilizando os lucros gerados pela venda de sua linha tradicional de alta fidelidade.

Assumindo que cada uma das alternativas abaixo representa uma possibilidade realista, o obstáculo mais sério ao projeto da "XYZ Acoustics" é o seguinte:

- a) A introdução da linha "Pop" de baixo custo fará com que os clientes atuais migrem de categoria, reduzindo drasticamente as vendas da linha de alta fidelidade.
- b) Na fase inicial, a empresa gastará mais em publicidade do que arrecadará com as vendas diretas das caixas de som da linha "Pop".
- c) Quando a linha "Pop" ganhar popularidade, outros concorrentes entrarão nesse segmento de mercado e a "XYZ Acoustics" não terá o monopólio dessa categoria específica.
- d) Uma parcela significativa dos consumidores que adquirirem a linha "Pop" sentirá vontade de experimentar e adquirir posteriormente os produtos da linha de alta fidelidade.
- e) Muitas das boutiques de áudio exclusivas que atualmente vendem a linha de alta fidelidade se recusarão a comercializar a linha "Pop" em suas vitrines.

52. O Ministério da Agricultura do país Delta iniciou uma campanha publicitária intensiva no país Gama há dois anos para promover a exportação de sua safra de grãos especiais. Desde o início da campanha, o volume de grãos exportados de Delta para Gama aumentou em mais de 12%. Com base nesses dados, conclui-se que a campanha publicitária do Ministério é a responsável direta pelo aumento das exportações.

A conclusão do argumento apresentado é mais seriamente enfraquecida pela seguinte afirmação:

- a) Os comerciais de TV patrocinados pelo Ministério da Agricultura do país Delta foram criticados pela mídia de Gama por sua baixa qualidade técnica.
- b) Uma forte desvalorização da moeda do país Delta ocorrida há dois anos tornou seus produtos de exportação significativamente mais baratos para os compradores do país Gama.
- c) Previsões meteorológicas indicam que secas severas no país Delta levarão a uma queda na produção de grãos no próximo ano.
- d) O volume de grãos exportados do país Gama para o país vizinho Beta aumentou em mais de 12% nos últimos dois anos.
- e) O custo total da campanha publicitária lançada pelo Ministério de Delta superou o lucro obtido com as vendas adicionais de grãos para o país Gama.

53. Um estudo realizado com 30 corredores amadores demonstrou que cada participante experimentou uma melhora significativa em seu tempo de maratona após incorporar o gel energético "TurboRun" em sua rotina de preparação. Durante quatro meses, cada participante consumiu um sachê de TurboRun diariamente, imediatamente após concluir uma sessão de treinamento de alta intensidade supervisionada por um técnico olímpico, e manteve sua dieta habitual no restante do dia. Claramente, qualquer corredor amador que consumir um sachê de TurboRun diariamente por pelo menos quatro meses melhorará seu tempo de maratona.

O argumento apresentado depende fundamentalmente da seguinte premissa:

- a) Os participantes do estudo voltarão aos seus tempos anteriores de maratona se descontinuarem o uso do gel TurboRun.
- b) Nenhum outro gel energético disponível no mercado terá o mesmo efeito na performance de corredores amadores.
- c) As sessões de treinamento de alta intensidade supervisionadas não foram as responsáveis pelas melhoras de tempo observadas no estudo.
- d) Corredores profissionais não experimentariam reduções de tempo semelhantes se aderissem ao consumo de TurboRun por quatro meses.
- e) Corredores amadores alcançarão apenas uma melhora parcial em seus tempos se não mantiverem o consumo do TurboRun pelos quatro meses completos.

54. Nos últimos doze meses, o preço médio das ações de empresas do setor de Tecnologia subiu 7%, enquanto o valor médio dos dividendos pagos por essas ações subiu apenas 4%. Por outro lado, no setor de Energia, o valor médio dos dividendos pagos subiu 8% no mesmo período, mas o preço médio das ações subiu apenas 2%.

Com base exclusivamente nas premissas acima, é possível deduzir logicamente que:

- a) O setor de Energia experimentou um deslocamento de demanda maior em direção à busca por renda passiva do que o setor de Tecnologia.
- b) O valor monetário absoluto gasto por investidores na compra de ações é maior no setor de Tecnologia do que no setor de Energia.
- c) No último ano, a razão entre a média dos dividendos e o preço médio das ações aumentou no setor de Energia, mas diminuiu no setor de Tecnologia.
- d) A oferta de novas ações disponíveis no mercado diminuiu mais acentuadamente no setor de Energia do que no setor de Tecnologia.
- e) Tornou-se mais fácil comprar e vender ações do setor de Tecnologia, enquanto tornou-se mais fácil receber proventos das ações do setor de Energia.

55. Na rede de lojas de eletrônicos "Cyber Store", o estoque de consoles de videogame de última geração em nível nacional está reduzido, mas ainda não há falta do produto para venda imediata na maioria das unidades. Na loja matriz localizada na capital, porém, o lote recebido na semana passada não foi suficiente para atender à demanda de pré-venda até a próxima remessa agendada. A diretoria comercial promete normalizar o fluxo de distribuição a partir deste mês.

Assinale, dentre as alternativas a seguir, aquela que apresenta estrutura de argumentação similar à do texto.

- a) Na capital paranaense, a frota de ônibus circulando é antiga, mas ainda não gera reclamações formais dos usuários. No estado como um todo, o número de veículos novos adquiridos pelas prefeituras não bastou para renovar a frota conforme planejado no mês passado. O governo estadual promete resolver a questão logística dentro de meses, fornecendo subsídios mais robustos às prefeituras.
- b) Na filial da zona norte, o número de vendedores é grande, mas não suficiente para o fluxo de clientes do fim de semana. Na filial da zona sul, o número é reduzido, mas parece atender bem à demanda. A gerência de RH prometeu que intervirá nas lojas para controlar as contratações.
- c) No estado de Pernambuco, o estoque de insumos para tratamento de água está reduzido no momento, mas, em termos gerais, não há risco de desabastecimento nas torneiras. Entretanto, em Recife, capital do estado, o quantitativo químico recebido no mês passado não conseguiu garantir o tratamento pleno até a próxima entrega. A companhia de saneamento promete regularizar o fornecimento o quanto antes.
- d) No Mato Grosso, o número de fiscais ambientais é reduzido, mas não há reservas que venham sendo impactadas por falta de fiscalização. No Mato Grosso do Sul, o quantitativo é tão reduzido que há parques que fecharam as portarias até que algo seja feito. O Ministério do Meio Ambiente promete realizar novos concursos.

e) No Espírito Santo, a produção de café foi reduzida nos últimos meses deste ano, mas ainda não há falta do grão para exportação. Na região Sudeste como um todo, o quantitativo da safra não foi suficiente para atender à demanda internacional. O setor agrícola promete procurar soluções de curto prazo.

56. Para atrair mais turistas, um centro de preservação de aves de rapina planeja lançar uma nova experiência imersiva. A proposta consiste em permitir que os visitantes participem ativamente da alimentação das águias-reais, segurando as iscas durante os voos de treino. No entanto, diferentemente dos falcoeiros profissionais, os visitantes não dedicam tempo à convivência diária com as aves nem estabelecem vínculos de confiança com elas. Executar esse plano seria comparável a entrar na trincheira de um soldado inimigo esperando ser recebido com um abraço.

A afirmação que, se verdadeira, fornece o maior suporte lógico ao argumento apresentado é:

- a) Os visitantes não possuem o mesmo nível de conhecimento teórico sobre o comportamento predatório das águias que os falcoeiros possuem.
- b) O público-alvo mais interessado em alimentar as águias é composto por entusiastas que já frequentam o centro, não gerando um fluxo significativo de novos visitantes.
- c) Soldados em situação de combate que são surpreendidos em suas trincheiras geralmente reagem com força letal imediata.
- d) As pessoas que visitam centros de aves de rapina tendem a ter menos experiência prática com animais selvagens do que a população em geral.
- e) O procedimento de alimentação exige que a águia pouse diretamente no braço do manipulador, uma aproximação que a ave interpreta como ameaça e ataca, a menos que já esteja habituada à presença daquela pessoa específica.

57. O Conselho Diretor da Aliança de Pesquisa Espacial deveria redistribuir os pesos dos votos de seus membros para tornar a definição das missões científicas globais mais efetiva. Por exemplo, o país Sigma contribui com cerca de 20% do orçamento total da Aliança, mas detém apenas 4% do poder de voto, enquanto o país Delta, com menos de 2% de contribuição orçamentária, detém uma fatia de 3% dos votos.

A sugestão apresentada pelo editorial baseia-se na suposição de que:

- a) o país Sigma possui uma participação orçamentária na Aliança maior do que a do país Delta.
- b) a distribuição específica dos pesos dos votos é um fator que influencia a efetividade da Aliança na definição das missões científicas.
- c) apenas pesos de voto que sejam exatamente proporcionais à contribuição orçamentária de cada país são apropriados para a Aliança de Pesquisa Espacial.
- d) a existência da Aliança de Pesquisa Espacial é necessária para a manutenção do avanço científico global.
- e) como um dos maiores financiadores, o país Sigma deveria ter, por direito, uma fatia maior de votos na Aliança.

58. Engenheiro Ambiental: uma técnica experimental de biorremediação eletrostática demonstra grande promessa para o tratamento de longo prazo de solos contaminados por metais pesados. Em um teste de campo recente, eletrodos foram inseridos em seis parcelas de terra contaminada. Quando uma corrente elétrica específica foi ativada, quatro das parcelas apresentaram uma redução drástica na toxicidade do solo. Contudo, a toxicidade retornou aos níveis perigosos anteriores assim que a corrente foi desligada.

Assinale a alternativa que, se verdadeira, oferece o maior suporte à afirmação do engenheiro sobre o potencial promissor dessa técnica.

- a) Os eletrodos utilizados no processo exigem substituição frequente devido ao desgaste químico provocado pelo solo.
- b) Nas duas parcelas restantes do teste, a redução da toxicidade do solo foi considerada estatisticamente insignificante, mesmo com a corrente ativada.
- c) A escavação necessária para a instalação dos eletrodos apresenta riscos de instabilidade para construções adjacentes à área contaminada.
- d) Em um experimento subsequente, um protocolo de ativação contínua por 48 horas alterou permanentemente a estrutura molecular dos metais, mantendo o solo descontaminado por mais de um ano sem eletricidade.
- e) A implementação eficaz da biorremediação eletrostática depende da supervisão constante de geólogos altamente qualificados e equipamentos de alto custo.

59. O gerente de uma produtora regional de software de gestão teme que a receita da empresa diminua quando uma gigante global de tecnologia lançar uma solução concorrente no mesmo mercado no próximo mês. Entretanto, é mais provável que a receita da produtora regional aumente. Nos próximos trimestres, devido à nova obrigatoriedade de digitalização fiscal, o número de novos contratos de software de gestão firmados na região será três vezes maior do que o total de contratos firmados nos últimos cinco anos.

A conclusão do argumento apresentado pressupõe que:

- a) os gestores das empresas contratantes adquirirão licenças em igual proporção de ambas as produtoras de software.
- b) novos contratos de software de gestão gerados pela demanda de mercado serão firmados com a produtora regional.
- c) as funcionalidades do software da produtora regional são tecnicamente superiores às da solução da gigante global.
- d) a digitalização fiscal impulsionada pela nova obrigatoriedade encorajará as empresas a atualizarem também seus equipamentos de hardware.
- e) a produtora regional reduzirá os preços de suas licenças abaixo dos preços da concorrente para atrair novos clientes.

60. Devido ao aumento de acidentes de trânsito envolvendo javalis no estado, o governador reintroduziu no ano passado uma temporada de caça aos javalis mais longa para incentivar a caça recreativa desses animais. O governador esperava que a temporada estendida diminuísse o número de javalis e, conseqüentemente, reduzisse o número de acidentes. No entanto, neste ano, o número de acidentes causados por javalis aumentou substancialmente desde a reintrodução da temporada de caça mais longa.

Assinale a alternativa que, se verdadeira, melhor explica o aumento nos acidentes de trânsito causados por javalis.

- a) Muitos caçadores recreativos caçam apenas uma ou duas vezes por temporada, independentemente da duração dela.
- b) Os javalis no estado acostumaram-se a viver perto de humanos e, como resultado, são frequentemente presas fáceis para os caçadores.
- c) A maioria dos acidentes de automóvel envolvendo javalis resulta de carros desviando para evitar o animal, deixando o javali em questão ileso.
- d) O número de motoristas no estado tem aumentado gradualmente nos últimos anos.
- e) Uma nova rodovia muito movimentada foi construída recentemente atravessando diretamente a maior floresta do estado, que é o habitat principal da população de javalis.

INGLÊS**Adolfo Sá**

The UK is “sleepwalking into a quiet epidemic” of joblessness with millions of people out of work and on benefits, the boss of the nation’s biggest supermarket chain has warned.

Ashwin Prasad, who runs the UK arm of [Tesco](#), said he believed far fewer people were in work than should be and that taxpayers were spending “an ever increasing proportion of our national income on out-of-work benefits”.

The rate of unemployment sat at a four-year high of 5.1%, [according to official data](#) released last month.

Prasad, who took the role of UK chief executive last year, said there had been a “clear, gradual change” over the last decade of people falling out of work. He called on the government and businesses to work together to tackle the issue, arguing that it was damaging the UK’s standing on the world stage.

“We cannot afford to be a country that lets the next generation languish on the sideline,” Prasad said at an event in London hosted by the Resolution Foundation, a thinktank, adding that the government must stop “tinkering at the edges” of the problem and make bold changes to get more people into work.

More than 9 million people aged 16 to 64 in the UK are classed as economically inactive, meaning they are not actively looking for work or available to start a job. This includes 2.9 million people aged 16 to 24, with almost a million young people not in education, employment or training, a 26% increase from pre-pandemic levels.

Analysis by the thinktank the Centre for Social Justice (CSJ) suggests more than 700,000 university graduates are out of work and claiming welfare benefits. In December, the government announced an £820m funding package to help more young people into work or on to learning schemes.

Prasad said there were “myriad reasons” for many people being economically inactive and that life had been “incredibly challenging” for lower-income households for a sustained period of time, saying they had been at the “sharp end of a prolonged era of political instability and economic uncertainty”.

But he added: “My perspective from being a major employer in this country is that far fewer people are at work than they could be. This means instead of investing

in parts of national life that might stimulate investment and growth into the wider economy, we are spending an ever increasing proportion of our national income on our out-of-work benefits.

“We have been sleepwalking into a quiet epidemic that is keeping millions of people out of work,” Prasad said.

The Tesco boss also implied that the government increases in regulation and employer taxes were harming businesses’ ability to hire more people.

<https://www.theguardian.com/business/2026/feb/10/uk-sleepwalking-into-joblessness-epidemic-tesco-boss-unemployment>

61. According to the text, Ashwin Prasad’s main warning is that the UK:

- a) has solved joblessness but is facing a new inflation crisis.
- b) is drifting into widespread joblessness and economic inactivity while benefit spending rises.
- c) is experiencing job growth, but only among university graduates.
- d) has an unemployment rate that is historically low and stable.
- e) is seeing fewer people claim benefits due to stricter welfare rules.

62. When Prasad says the government must stop “tinkering at the edges” of the problem, he implies that the government has been:

- a) making only minor or superficial adjustments instead of major reforms.
- b) completely ignoring the issue and doing nothing at all.
- c) reducing taxes and regulation too aggressively.
- d) focusing exclusively on higher education reforms.
- e) relying only on charity rather than public policy.

63. Prasad argues that having fewer people in work leads to:

- a) reduced government spending on benefits and more investment in growth.
- b) higher public investment because fewer people need support.
- c) "Prioritizing welfare expenditure over investments in growth-stimulating sectors.
- d) immediate improvements in the UK's standing on the world stage.
- e) a shift away from regulation and employer taxes.

64. In the sentence "He called on the government and businesses to work together to tackle the issue," the verb TACKLE could NOT be replaced, without changing the meaning of the sentence, by:

- a) address
- b) postpone
- c) confront
- d) deal with
- e) take on

65. In the sentence "Ashwin Prasad, who runs the UK arm of Tesco," the verb RUNS could be replaced, without changing the meaning of the sentence, by:

- a) inherits
- b) travels
- c) escapes
- d) manages
- e) interrupts

66. In the sentence "he believed far fewer people were in work than should be," the modal verb SHOULD expresses:

- a) suggestion
- b) Ability
- c) Obligation
- d) Permission
- e) Expectation

67. In the sentence "arguing that it was damaging the UK's standing on the world stage," the pronoun IT refers to:

- a) Prasad
- b) the government
- c) the issue
- d) the last decade
- e) businesses

68. In the sentence "the government must stop 'tinkering at the edges'," the modal verb MUST expresses:

- a) Certainty
- b) Permission
- c) Advice
- d) Possibility
- e) Obligation

69. In the sentence "But he added:", the word BUT could be replaced, without changing the meaning of the sentence, by:

- a) However
- b) Therefore
- c) Moreover
- d) Because
- e) Although

70. In the sentence "My perspective from being a major employer in this country is that far fewer people are at work than they could be.", the prefix -ER in EMPLOYER and FEWER indicates, respectively:

- a) comparative / agent
 - b) agent / comparative
 - c) superlative / agent
 - d) agent / superlative
 - e) comparative / comparative
-

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA*Elisabete Moreira*

71. O recém-empossado Diretor Administrativo da SEFAZ-SP identificou que diversos setores operavam com baixa produtividade devido à falta de padronização nos métodos de trabalho e ao desperdício de tempo em movimentos desnecessários dos servidores na execução de tarefas repetitivas. Para solucionar o problema, ele propôs um estudo de tempos e movimentos e a especialização do operário. O Presidente do órgão insistiu que a reforma deveria começar pelo topo, redefinindo a estrutura organizacional, a hierarquia e os princípios gerais de comando. Com base nas teorias da Administração, é correto afirmar que a abordagem do Diretor Administrativo e a do Presidente alinham-se, respectivamente, aos princípios de:

- a) Henry Ford e Max Weber.
- b) Frederick Taylor e Henri Fayol.
- c) Henri Fayol e Frederick Taylor.
- d) Elton Mayo e Max Weber.
- e) Frederick Taylor e Amitai Etzioni.

72. Durante a gestão de um projeto de modernização da SEFAZ-SP, um gestor estabeleceu indicadores de desempenho para medir o tempo de tramitação de processos. Passados três meses, ele comparou os resultados obtidos com as metas estabelecidas no início do ano e percebeu um desvio negativo e imediatamente iniciou uma ação corretiva para ajustar os processos. Nesse caso, a ação promovida pelo gestor está relacionada a qual função administrativa?

- a) Planejamento.
- b) Organização.
- c) Direção.
- d) Controle.
- e) Coordenação.

73. O Governo de São Paulo realizou um mutirão para digitalizar 10.000 processos físicos, de antigos devedores da fazenda municipal, no prazo de 30 dias. A equipe conseguiu digitalizar 12.000 processos no mesmo período, utilizando menos recursos financeiros, com economia de toner e energia. No entanto, seis meses depois, uma auditoria constatou que 40% dos arquivos digitais estavam corrompidos ou ilegíveis, impedindo a consulta pelos cidadãos e não resolvendo o problema da transparência pública. Com base nos conceitos de desempenho na Administração Pública, é correto afirmar que a ação foi:

- a) Eficiente, mas não foi eficaz nem efetiva.
- b) Eficiente e eficaz, mas não foi efetiva.
- c) Eficaz e efetiva, mas não foi eficiente.
- d) Efetiva, mas não foi eficiente nem eficaz.
- e) Ineficiente, ineficaz e inefetiva.

74. Um servidor público, estudioso das teorias administrativas, defende que, para evitar o nepotismo e a corrupção na administração pública brasileira e, sobretudo, na estrutura do governo de São Paulo, é necessário reforçar a legalidade das normas, garantindo que as decisões sejam previsíveis e baseadas no mérito. A defesa desse servidor baseia-se nas características típicas do modelo:

- a) Patrimonialista, focado na prebenda e na sinecura.
- b) Burocrático, segundo a ótica racional-legal de Max Weber.
- c) Gerencial (Nova Gestão Pública), com foco no cidadão-cliente.
- d) Gerencial (Public Service Orientation), com foco na accountability.
- e) Governança Pública, com foco em redes e parcerias.

75. O problema da segurança no entorno do Palácio dos Bandeirantes sempre existiu; no entanto, após um incidente grave envolvendo um secretário de estado e a divulgação massiva pela imprensa, o tema ganhou a atenção da opinião pública e dos decisores políticos, abrindo o que John Kingdon chama de janela de oportunidade. Nesse cenário, a fase do ciclo de políticas públicas e a teoria de políticas públicas que explica esse fenômeno são denominados, respectivamente:

- a) Identificação do problema, teoria dos fluxos múltiplos.
- b) Formação da agenda, teoria do equilíbrio pontuado.
- c) Formação de agenda, teoria de coalizão de defesa.
- d) Identificação do problema, teoria da racionalidade limitada.
- e) Implementação, teoria incremental.

76. Uma Comissão do Governo de São Paulo, da controladoria interna, buscou verificar se a aplicação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura produziu as mudanças esperadas na população de baixa renda após 5 anos de vigência. A Comissão analisou se o dinheiro foi gasto corretamente e se as metas de bolsas foram atingidas, produzindo as transformações na realidade dos beneficiários. De acordo com a literatura de Políticas Públicas, essa avaliação é classificada, quanto ao momento e ao conteúdo como:

- a) Avaliação in-intinere e de processos.
- b) Avaliação ex-post e de eficiência.
- c) Avaliação ex-post e de efetividade.
- d) Avaliação de monitoramento e de insumos.
- e) Avaliação somativa e de eficácia.

77. O planejamento organizacional é um instrumento que permite dar rumo à organização e tem o objetivo de promover mais eficiência, eficácia e efetividade, envolvendo um processo coordenado e participativo. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) O gerenciamento da mudança relacionado à inovação nas operações com vistas a melhorar a produtividade dizem respeito à perspectiva do aprendizado e crescimento, no Balanced Scorecard.
- b) A missão organizacional, que determina a identidade organizacional, deve explicitar onde e como a organização pretende estar no futuro, embasada no pensamento dos seus dirigentes.
- c) A estratégia de gestão das redes e alianças tem como pilar a escolha dos canais adequados para a troca de informações, tanto entre os próprios participantes quanto da rede para os participantes.
- d) O principal resultado esperado do planejamento estratégico participativo não é o plano, mas o processo desenvolvido de aprendizagem organizacional.
- e) A etapa de avaliação de desempenho do planejamento estratégico consiste numa análise pontual que compara os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados.

78. O estudo da motivação apresenta várias facetas e teorias que podem gerar um comportamento dirigido para o alcance de um objetivo. No entanto, nenhuma das teorias demonstra com completude todos os fatores que podem desencadear um esforço persistente. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A teoria motivacional da autoeficácia demonstra situações em que o indivíduo não se acha capaz de realizar determinado trabalho.
- b) A teoria de Vroom defende que a valência negativa desencadeia um comportamento esforçado e persistente.
- c) Uma forma de enriquecer um trabalho com carga horizontal seria atribuir responsabilidades mais complexas.
- d) A teoria ERC, de Alderfer, defende que as necessidades humanas podem ser ativadas simultaneamente.
- e) Uma pessoa quando motivada alcança objetivos eficazes.

79. Um gestor público lançou um projeto para construção de mais uma escola, visando melhor alocar os alunos em seu município. Além de fiscalizar de perto a obra, ele resolveu que toda semana iria informar e divulgar à população acerca do avanço da construção, procedimento que tem demandado boa parte do seu tempo. Nesse caso, o papel desempenhado pelo gestor é essencialmente de:

- a) de informação, como monitor;
- b) de informação, como porta-voz;
- c) de informação, como disseminador;
- d) de informação, como administrador de recursos;
- e) de informação, como negociador.

80. Os objetivos organizacionais amplos e genéricos, quanto à sua natureza, servem de alicerce para que se proceda a sua devida hierarquização até os níveis mais restritos e detalhados, permitindo o alcance

dos resultados desejados. A partir da tabela a seguir, faça a devida correlação entre a hierarquia de objetivos e suas respectivas descrições.

Hierarquia de objetivos	Descrições
(1) Políticas	() são os modos pelos quais os programas devem ser executados.
(2) Diretrizes	() são alvos a atingir no curto prazo.
(3) Metas	() são atividades sequenciais necessárias para atingir uma meta.
(4) Programas	() são princípios estabelecidos para permitir o alcance dos objetivos organizacionais.
(5) Procedimentos	() são afirmações genéricas baseadas nos objetivos organizacionais e funcionam como guias orientadores da ação administração.

Aponte a alternativa que mostra a correta correlação entre a hierarquia de objetivos e suas descrições.

- a) 2, 3, 5, 1, 4
- b) 2, 1, 4, 3, 5
- c) 4, 5, 2, 3, 1
- d) 5, 2, 1, 3, 4
- e) 5, 3, 4, 2, 1

81. Acerca de técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos, considere:

- I. O processo primário não entrega valor direto ao cliente, mas apenas agrega valor aos colaboradores que lidam com clientes.
- II. O processo é caracterizado por possuir um tempo finito no desenvolvimento de suas atividades, além de não ser possível a sua repetição.
- III. O fluxograma é empregado para representar um processo de maneira esquemática.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) III

82. Determinada Secretaria de Estado, buscando otimizar o atendimento ao cidadão e aumentar a especialização de suas equipes em demandas específicas, como IPVA, ICMS e ITCMD, decidiu reorganizar sua estrutura interna de modo que cada unidade administrativa passasse a ser responsável por um desses tributos, detendo autonomia sobre o fluxo completo de arrecadação e fiscalização de cada um. Considerando os tipos de departamentalização, a Secretaria adotou o critério:

- a) Funcional, pois agrupou as atividades por tipos de tarefas e especialidades técnicas.
- b) Geográfico, visando a descentralização territorial.
- c) Por Produtos ou Serviços, uma vez que a base do agrupamento são as saídas.
- d) Por Processos, focando na sequência lógica das etapas de fiscalização.
- e) Matricial, combinando a especialização funcional com a coordenação temporária de arrecadação.

83. No planejamento estratégico da Secretaria da Fazenda, a alta gestão precisa decidir sobre a implementação de um novo sistema de inteligência artificial para detecção de fraudes fiscais estruturadas. O comitê gestor reconhece que, embora deseje uma solução técnica perfeita, a equipe possui limitações de tempo para analisar todas as tecnologias globais existentes e optam pela alternativa que atende aos critérios de desempenho e custo. Considerando as teorias sobre o processo decisório, a situação descrita exemplifica o conceito de:

- a) Racionalidade substantiva, na qual o decisor busca a alternativa ótima para a situação.
- b) Modelo incremental, que apresenta mudanças sucessivas, evitando rupturas na política fiscal vigente.
- c) Racionalidade limitada, em que o decisor busque uma decisão satisfatória.

d) Decisão programada, uma vez que a escolha de softwares segue protocolos e algoritmos matemáticos previamente estabelecidos.

e) Decisão não programada, baseada na intuição e na escolha de um modelo ótimo que atenda as especificidades do negócio.

84. A gestão estratégica de pessoas compreende um conjunto integrado de processos dinâmicos e interativos que planejam, organizam, dirigem e controlam o trabalho e a atuação das pessoas na organização, com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais. Nesse sentido é correto afirmar.

- a) A visão contemporânea da gestão de pessoas atua de forma centralizada exercendo a função de staff.
- b) A gestão estratégica de pessoas tem como tendência a adoção de um modelo voltado para competências.
- c) Os gerentes de linha, na visão moderna de gestão de pessoas, são responsáveis pela elaboração das políticas de recursos humanos.
- d) A área de gestão de pessoas possui a função de desenvolver as habilidades e competências dos colaboradores da organização.
- e) Cabe à área de gestão de pessoas interpretar e aplicar as políticas e os procedimentos da organização.

85. A gestão de projetos, na administração pública, nos últimos anos, passou a utilizar ferramentas que propiciam o planejamento e o devido acompanhamento dos projetos, visando que logrem o êxito esperado. O Guia PMBOK - *Guide to the Project Management Body of Knowledge* consiste numa referência nas melhores práticas, explicitando técnicas, a exemplo de(o)

- a) Tailoring, que consiste na substituição de metodologias preditivas, com aplicação estrita de novas abordagens.
- b) Escritório de projetos, que centraliza e organiza as técnicas e ferramentas da disciplina de gestão de projetos.
- c) Método do caminho crítico, que adota uma média ponderada entre os possíveis cenários para execução do projeto, dentro de uma lógica probabilística.
- d) Rede PERT que identifica e monitorar o conjunto de tarefas que devem ser realizadas numa sequência logico-evolutiva e que não podem sofrer atrasos sob pena de comprometer o cronograma do projeto.
- e) Programas como um conjunto de projetos, com objetivos comuns, mas que devem ser gerenciados individualmente, para a obtenção de benefícios para cada projeto.

- b) à existência de bens públicos e falhas de mercado que inviabilizam a provisão eficiente exclusivamente via mercado.
- c) à neutralidade distributiva do sistema tributário no longo prazo.
- d) à eliminação automática das externalidades negativas.
- e) à independência entre arrecadação tributária e ciclo econômico.

87. Considere um imposto incidente sobre determinado bem de consumo amplamente comercializado. Quando esse imposto é definido como **ad valorem**, sua principal característica econômica é

- a) incidir sobre a quantidade física transacionada, independentemente do preço.
- b) apresentar arrecadação fixa ao longo do tempo.
- c) incidir como percentual do valor da transação, ajustando-se automaticamente a variações de preços.
- d) gerar menor peso morto que impostos específicos em qualquer situação.
- e) ser neutro do ponto de vista distributivo.

88. Na análise do peso morto associado à tributação indireta, a teoria microeconômica demonstra que a magnitude dessa perda de eficiência é fortemente influenciada

- a) apenas pelo valor da alíquota nominal do imposto.
- b) exclusivamente pela estrutura de mercado.
- c) pelas elasticidades-preço da oferta e da demanda do bem tributado.
- d) pelo caráter progressivo ou regressivo do imposto.
- e) pela autoridade arrecadadora do tributo.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

86. Em economias modernas, a tributação é analisada não apenas como instrumento arrecadatório, mas também como mecanismo de intervenção econômica. Sob a ótica da teoria econômica do setor público, a necessidade econômica da tributação está diretamente associada

- a) à substituição dos mecanismos de mercado pelo planejamento central.

89. A chamada **regra de Ramsey**, no âmbito da tributação ótima, estabelece um critério para a definição de alíquotas com o objetivo de minimizar perdas de eficiência econômica. Segundo essa regra,

- a) bens essenciais devem ser mais tributados para ampliar arrecadação.
- b) bens com maior elasticidade-preço da demanda devem suportar maior carga tributária.
- c) bens com demanda mais inelástica devem ser relativamente mais tributados.
- d) todos os bens devem ser tributados de forma uniforme.
- e) impostos indiretos devem ser substituídos por impostos diretos.

90. Na análise econômica dos tributos, distingue-se incidência legal de incidência econômica. Esta última refere-se

- a) ao ente federativo que detém competência para instituir o tributo.
- b) ao contribuinte formal definido na legislação tributária.
- c) àquele que efetivamente arca com o ônus do imposto após os ajustes de mercado.
- d) ao percentual nominal estabelecido em lei.
- e) à progressividade do sistema tributário.

91. Em um mercado competitivo, sujeito a livre entrada e saída de firmas, o equilíbrio de mercado caracteriza-se por uma situação em que

- a) o preço maximiza o excedente do produtor.
- b) a quantidade ofertada supera persistentemente a quantidade demandada.
- c) a quantidade demandada é igual à quantidade ofertada ao preço vigente.
- d) o lucro econômico das firmas é sempre positivo.
- e) o custo médio é superior ao preço.

92. A restrição orçamentária do consumidor representa, no modelo microeconômico padrão,

- a) o conjunto de preferências individuais.
- b) as combinações máximas de bens que podem ser consumidas dado renda e preços.
- c) a utilidade marginal decrescente.
- d) a elasticidade-renda da demanda.
- e) a função de produção do consumidor.

93. A elasticidade-preço da demanda mede

- a) a variação absoluta da quantidade demandada.
- b) a sensibilidade percentual da quantidade demandada a variações percentuais no preço.
- c) o deslocamento da curva de demanda.
- d) a relação entre renda e consumo.
- e) a relação entre preços de bens substitutos.

94. Em um mercado monopolista, a condição necessária para a maximização do lucro econômico é que

- a) o preço seja igual ao custo marginal.
- b) a receita total seja máxima.
- c) a receita marginal seja igual ao custo marginal.
- d) a elasticidade-preço da demanda seja perfeitamente elástica.
- e) o lucro econômico seja nulo no longo prazo.

95. Uma externalidade negativa está presente quando

- a) o benefício social excede o benefício privado.
- b) o custo social de uma atividade é maior que o custo privado suportado pelo agente.
- c) há bens públicos puros.
- d) o mercado é perfeitamente competitivo.
- e) há informação perfeita.

96. O fluxo circular da renda ilustra, em uma economia simplificada, que
- a) apenas famílias produzem bens e serviços.
 - b) empresas são as únicas responsáveis pela geração de renda.
 - c) há interdependência entre produção, renda e gasto entre os agentes econômicos.
 - d) o governo atua apenas como arrecadador.
 - e) o setor externo é irrelevante.

97. O PIB real difere do PIB nominal porque
- a) exclui impostos indiretos.
 - b) é calculado apenas com bens de capital.
 - c) elimina o efeito da variação de preços por meio de um índice de preços.
 - d) considera apenas a produção interna.
 - e) ignora exportações líquidas.

98. No modelo de mercado monetário, um aumento exógeno da oferta de moeda, mantida constante a demanda por moeda, tende a
- a) elevar a taxa de juros de equilíbrio.
 - b) reduzir a taxa de juros de equilíbrio.
 - c) reduzir o nível de renda.
 - d) eliminar pressões inflacionárias.
 - e) aumentar automaticamente o déficit público.

99. No modelo IS-LM, a curva IS representa o conjunto de combinações de taxa de juros e nível de renda em que há
- a) equilíbrio no mercado monetário.
 - b) equilíbrio no mercado de bens.
 - c) equilíbrio no mercado de trabalho.
 - d) equilíbrio de longo prazo.
 - e) ausência de política econômica.

100. Segundo a teoria da Paridade do Poder de Compra, no longo prazo,
- a) a taxa de câmbio nominal é determinada exclusivamente pela política monetária.
 - b) os preços internos são independentes da taxa de câmbio.
 - c) diferenças de inflação entre países tendem a ser refletidas nas variações da taxa de câmbio.
 - d) a balança comercial é sempre equilibrada.

- e) o câmbio real é invariável.

CONHECIMENTOS BÁSICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

101. De acordo com a Constituição Federal, no que se refere às disposições gerais do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.
- a) Em razão da tutela da intimidade, os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, em regra, realizar-se-ão sem publicidade, restritos às partes e a seus advogados, sob pena de nulidade, podendo o relator autorizar, excepcionalmente, a presença de terceiros.
 - b) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura e sobre o ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com participação do Ministério Público em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
 - c) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e a inclusão do magistrado na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago.
 - d) A remoção ou a disponibilidade do magistrado, por interesse público, dependerá do voto de dois terços do respectivo tribunal e estará sujeita a referendo do Presidente do Supremo Tribunal Federal, assegurada ampla defesa.
 - e) Um terço dos cargos dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça será destinado a membros do Ministério Público e a advogados, escolhidos em lista tríplice elaborada pelos órgãos de representação de cada classe.

102. No início da legislatura, determinado Deputado Federal afasta-se do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário de Estado em governo estadual, sem renunciar. Passados dois anos, ainda no exercício da função de Secretário, ao participar de audiência de prestação de contas na Assembleia Legislativa, profere declarações críticas contra adversária política, que as reputa ofensivas à honra e pretende adotar as medidas judiciais cabíveis para responsabilizá-lo.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão da adversária é

- a) cabível, em tese, pois, embora não haja perda do mandato, a inviolabilidade material não incide quando as declarações não guardam relação com o exercício do mandato parlamentar.
- b) descabida, porque, não havendo perda do mandato, preserva-se integralmente a imunidade material, e as declarações foram proferidas em ambiente parlamentar, no desempenho de função admitida pela Constituição.
- c) cabível, em tese, pois a investidura em Secretaria de Estado acarreta perda do mandato, razão pela qual não se aplica a imunidade parlamentar.
- d) descabida, pois, mantido o mandato, o parlamentar é inviolável civil e penalmente por quaisquer opiniões, palavras e votos, independentemente do contexto.
- e) cabível, porque, ainda que mantido o mandato, a imunidade não alcança declarações feitas em Assembleia Legislativa diversa da Casa a que pertence.

103. Cândida foi eleita Vereadora pelo Partido Político X e, transcorrido um ano do início do mandato, pretende desfiliar-se para filiar-se ao Partido Político Y, tendo obtido, para tanto, anuência expressa do Partido X. Considerando apenas esses dados e o que dispõe a Constituição Federal, Cândida

- a) não perderá o mandato, e a migração será considerada para fins de distribuição de recursos

do Fundo Partidário, mas não para fins de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

- b) perderá o mandato, pois a desfiliação do partido pelo qual se elegeu é vedada em qualquer hipótese.
- c) não perderá o mandato, e a migração será considerada para fins de distribuição de recursos do Fundo Partidário, de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- d) perderá o mandato, pois a anuência partidária não configura hipótese constitucionalmente apta a afastar a perda do mandato por desfiliação.
- e) não perderá o mandato, e a migração não será considerada para fins de distribuição de recursos do Fundo Partidário nem de outros fundos públicos nem de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

104. Tramita em determinada Assembleia Legislativa projeto de lei estadual destinado a regulamentar as condições de exercício da pesca no território do respectivo Estado, instituindo mecanismos de controle sobre técnicas, métodos e práticas potencialmente lesivas à fauna, com finalidade de reduzir impactos ambientais. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, caso aprovada, essa lei será

- a) constitucional, por se inserir em competência legislativa exclusiva do Estado, não estando sujeita a balizas decorrentes de eventual legislação federal.
- b) constitucional, desde que lei complementar federal autorize os Estados a legislar sobre aspectos específicos da matéria.
- c) inconstitucional, por tratar de tema inserido na competência legislativa privativa da União.
- d) inconstitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa municipal, por envolver interesse predominantemente local.
- e) constitucional, desde que respeite as normas gerais federais eventualmente existentes, exercendo o Estado competência suplementar.

105. Priscila é proprietária do imóvel em que reside com sua família. Considerando apenas os dados apresentados e o que dispõe a Constituição Federal, diante de iminente perigo público, a autoridade competente

- a) deverá promover a desapropriação imediata do imóvel, com indenização posterior em títulos da dívida pública, resgatáveis em até cinco anos.
- b) poderá utilizar temporariamente o imóvel, assegurando-se a Priscila indenização ulterior, se houver dano.
- c) poderá utilizar temporariamente o imóvel, assegurando-se a Priscila indenização ulterior, ainda que não haja dano.
- d) poderá utilizar temporariamente o imóvel, sem qualquer indenização, mesmo que haja dano.
- e) deverá desapropriar o imóvel de forma imediata, sem indenização, ainda que haja dano.

b) Por se tratar de um serviço advocatício para causa estratégica, a licitação é dispensável, devendo a Administração realizar um procedimento de chamamento público para selecionar a proposta de menor preço entre escritórios de notória especialização.

c) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, aplicando-se esse caso à contratação dos serviços do escritório de advocacia, mas é vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e propaganda.

d) A notória especialização, por si só, autoriza a contratação direta por inexigibilidade para qualquer objeto, independentemente da natureza intelectual do serviço, desde que o valor da contratação não ultrapasse o teto estabelecido para dispensa de licitação.

e) Na hipótese de contratação direta por inexigibilidade para serviços técnicos especializados, a lei dispensa a Administração de demonstrar a inviabilidade de competição, uma vez que a singularidade do profissional é presumida por sua fama no mercado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

106. A Secretaria da Fazenda e Planejamento de determinado Estado pretende contratar, por meio de seu órgão jurídico, um renomado escritório de advocacia para atuar em uma causa tributária estratégica de altíssima complexidade e valor vultoso, cuja resolução exige conhecimento técnico especializado e notória especialização dos profissionais. O órgão planeja também a contratação de empresa de publicidade para divulgar a ação. Sobre essa situação, e de acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A contratação é viável por meio de inexigibilidade de licitação, desde que o serviço possua natureza predominantemente intelectual e o profissional goze de notória especialização, sendo tal fundamento aplicável para serviços de advocacia, publicidade e propaganda.

107. Um Auditor Fiscal da Receita Estadual de São Paulo é acusado de ter facilitado o não pagamento de tributos por um contribuinte, agindo com negligência na conferência de documentos fiscais. De acordo com as alterações recentes da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), o ato:

- a) Configura improbidade administrativa que causa lesão ao erário, punível independentemente da existência de dolo específico.
- b) Não configura ato de improbidade administrativa, pois o sistema atual exige a demonstração de dolo específico para qualquer tipificação prevista na lei.
- c) Poderá ser enquadrado como improbidade por violação aos princípios da Administração, desde que a negligência seja considerada grave pelo magistrado.
- d) Sujeita o agente à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, caso comprovado o prejuízo efetivo ao erário.
- e) Representa enriquecimento ilícito do terceiro beneficiado, o que atrai a responsabilidade objetiva do agente fiscal no ressarcimento integral do dano.

108. Sobre o teto remuneratório constitucional aplicável aos servidores dos Estados, considere a situação de um Auditor Fiscal que acumula legalmente o cargo com a função de professor em universidade estadual. Segundo a Constituição Federal e a jurisprudência do STF:

- a) O teto deve incidir sobre a soma total das remunerações, observando-se como limite o subsídio mensal do Governador do Estado.
- b) As verbas de natureza indenizatória, como as diárias, devem ser incluídas no cálculo para fins de aplicação do abate-teto estadual.
- c) O subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça é o teto único aplicável a todos os servidores do Poder Executivo estadual.
- d) A incidência do limite remuneratório deve ocorrer de forma isolada em relação a cada um dos cargos

acumulados, ainda que o somatório ultrapasse o teto.

- e) O servidor deve optar por um dos vínculos para fins de recebimento integral, sendo o segundo vínculo limitado a 50% do valor do primeiro.

109. Em relação à responsabilidade civil do Estado por danos causados em hospitais públicos que funcionam como órgãos públicos da Administração Direta, considere o caso em que um paciente sofre agressão física por outro interno devido à ausência total de vigilância no setor, causando o seu óbito. Nesse cenário:

- a) O Estado não responde pelo dano, pois a agressão foi praticada por um terceiro (outro paciente), configurando causa excludente de nexo causal.
- b) A responsabilidade é subjetiva, exigindo que a vítima comprove a culpa administrativa (falta do serviço) e a negligência do agente plantonista.
- c) O Estado responde objetivamente pela conduta omissiva se deixar de fornecer o mínimo serviço de segurança, contribuindo de forma determinante e específica para o evento.
- d) Trata-se de caso fortuito externo, o que isenta o Poder Público de qualquer dever de indenizar, restando à vítima buscar reparação apenas contra o agressor.
- e) A indenização é limitada ao dano material comprovado, sendo vedada a condenação em danos morais contra a Fazenda Pública em casos de omissão.

110. O Estado de São Paulo delegou a uma sociedade de economia mista, prestadora de serviço público em regime não concorrencial, a fiscalização de trânsito em rodovias estaduais, inclusive a aplicação de multas. Essa delegação é:

- a) inconstitucional, pois o poder de polícia é indelegável a pessoas jurídicas de direito privado, por envolver o uso da força e coerção estatal.
- b) válida apenas para a fase de fiscalização, sendo a aplicação de sanções (multas) ato de natureza exclusiva de órgãos da administração direta.
- c) inválida, uma vez que o poder de polícia somente pode ser exercido por entidades de direito público.
- d) válida se a entidade for de capital majoritariamente público, preste serviço público de forma exclusiva e atue em regime não concorrencial.
- e) condicionada à edição de decreto do Governador que atribua autoexecutoriedade ao ato delegado, dispensando o devido processo legal.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

111. Em 10 de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Estadual nº X, sem cláusula de vigência. No mesmo período, a magistrada Ana julgava um caso em que havia lacuna legislativa sobre tema de direito privado e surgiu conflito entre lei nova e lei anterior potencialmente compatíveis. À luz da LINDB, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei Estadual nº X entra em vigor na data da publicação, pois a LINDB adota vigência imediata como regra geral, salvo para leis federais.
- b) Diante de lacuna, a magistrada deve decidir por equidade, e apenas subsidiariamente por analogia e costumes, não havendo referência a princípios gerais de direito.
- c) Lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais ao lado das já existentes revoga sempre a lei anterior, ainda que com ela compatível.

d) Se a lei revogadora perder vigência, a lei anteriormente revogada volta automaticamente a vigorar, mesmo sem previsão expressa.

e) Na omissão legal, a integração deve ocorrer por analogia, costumes e princípios gerais de direito; além disso, lei nova que apenas conviva com disciplina anterior não a revoga necessariamente.

112. Em 1º de março de 2026, o Sr. João, natural de Manaus, foi inscrito no Registro Civil de Pessoas Naturais. Durante o processo de sua maioridade, surgiram diversas questões sobre sua capacidade jurídica e o momento em que ele poderia exercer plenamente seus direitos. Acompanhe o caso abaixo e, com base no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) João, ao completar 18 anos, automaticamente adquire plena capacidade civil para praticar todos os atos da vida civil, salvo nas situações expressamente previstas em lei.
- b) Se João resolver requerer proteção do apelido, não será possível, afinal a proteção ao direito da personalidade só ocorre em relação ao nome devidamente registrado.
- c) O casamento de João com Maria só poderá ser realizado após a verificação de sua plena capacidade civil, o que é garantido pela presunção de capacidade para o casamento desde a maioridade.
- d) João, apesar de maior de idade, pode ser considerado relativamente incapaz, caso não possua discernimento para a prática de determinados atos, a exemplo da administração de seus bens.
- e) João, em função do registro tardio, só pode usufruir dos direitos da personalidade após esse registro.

113. Sobre a criação, existência, legalidade e classificação das pessoas jurídicas, marque a opção que está em conformidade com a legislação.

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno a União; os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; ficando de fora as autarquias.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado as associações; as sociedades; as fundações; a massa falida; os condomínios; as organizações religiosas; e os partidos políticos.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado e público com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- e) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

114. A respeito das previsões legais sobre o inadimplemento das obrigações, marque a correta:

- a) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros, atualização monetária e honorários de advogado incidem apenas em alguns casos.
- b) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- c) As perdas e danos devidas ao credor abrangem sempre, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- d) Quando não forem convencionados, ou quando o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, os juros serão fixados de acordo com a taxa judicial.
- e) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, por qualquer motivo, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

115. Sobre a posse:

- a) Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- b) É justa a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- c) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- d) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
- e) A posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

116. Pode ser enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte à luz da Lei Complementar nº 123 de 2006, as pessoas jurídicas:

- a) constituídas sob a forma de cooperativas de consumo.
- b) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- c) que participem do capital de outra pessoa jurídica;
- d) que exerçam atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- e) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

117. Uma das maneiras de exercer uma atividade econômica é ser um empresário individual, a respeito desse tema, marque a alternativa que é considerada certa:

- a) Considera-se empresário quem exerce, ainda que esporadicamente, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) É opcional a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade, ou em até 30 dias.
- d) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não

forem legalmente impedidos, sendo que a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário não responderá pelas obrigações contraídas.

- e) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, iniciar ou continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

118. A legislação prevê as possibilidades de organizações societárias, sobre isso, marque a opção correta:

- a) O ato de transformação depende de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.
- b) A transformação depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, porém o dissidente não poderá retirar-se da sociedade, aplicando-se, no silêncio do estatuto ou do contrato social outras regras legais.
- c) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.
- d) A fusão determina a continuidade das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações e será decidida, na forma estabelecida para os respectivos tipos, pelas sociedades que pretendam unir-se.
- e) Não há previsão no ordenamento jurídico a respeito da cisão.

119. As sociedades limitadas são regidas por regras que lhe são próprias, sobre esse tipo societário e os diversos desdobramentos, marque a opção correta:

- a) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, sendo que pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de três anos da data do registro da sociedade.
- b) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, mais da metade do capital social, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a dois terços, após a integralização.
- c) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social e pode ser constituída por uma ou mais pessoas.
- d) Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, em qualquer situação.
- e) As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam não alteram, a princípio, a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

120. Marque a única alternativa que não é um crédito extraconcursal previsto para o concurso de credores falimentares:

- a) a remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência.
- b) aos créditos em dinheiro objeto de restituição.
- c) as quantias fornecidas à massa falida pelos credores.
- d) as custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida.
- e) os créditos quirografários.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

121. Ao analisar o orçamento de determinado Estado, um auditor verificou que havia três leis orçamentárias distintas: uma para o orçamento fiscal, outra para a seguridade social e outra para investimentos das estatais.

À luz do princípio da unidade, é correto afirmar que:

- a) O princípio da unidade foi violado, pois deve existir apenas uma lei orçamentária para cada ente federativo.
- b) Não houve violação, pois a Constituição admite a existência de três orçamentos integrados na mesma lei.
- c) O princípio da unidade exige orçamento consolidado nacional.
- d) O princípio da unidade aplica-se apenas à União.
- e) O princípio da unidade impede a existência de orçamento da seguridade social.

122. Durante a consolidação da proposta orçamentária anual, a equipe técnica de determinado Estado decidiu não incluir no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) determinadas receitas arrecadadas diretamente por uma autarquia estadual, sob o argumento de que tais valores não transitam pelo caixa único do Tesouro e são destinados exclusivamente à manutenção das atividades da própria entidade.

A decisão foi fundamentada na alegação de que a autonomia administrativa e financeira da autarquia afastaria a necessidade de previsão dessas receitas na LOA.

À luz dos princípios orçamentários e da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão é juridicamente válida, pois receitas próprias de autarquias não se submetem ao princípio da universalidade.
- b) A decisão é válida apenas se as receitas não forem provenientes de tributos.
- c) A decisão viola o princípio da universalidade, pois todas as receitas e despesas do ente devem constar da LOA, inclusive as da administração indireta.
- d) A decisão não viola a universalidade, mas afronta o princípio da unidade.
- e) A decisão é admissível desde que haja posterior registro no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Acerca do assunto Anexo de Metas Fiscais, julgue o item que se segue.

123. Durante a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a equipe técnica de determinado Estado discutiu a abrangência institucional e material do Anexo de Metas Fiscais (AMF). Surgiu divergência quanto à inclusão de determinadas entidades e quanto ao conteúdo obrigatório do referido anexo.

Foram apresentadas as seguintes assertivas:

- I. O AMF deve abranger os órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes, incluindo empresas

estatais dependentes que recebam recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

- II. Empresas estatais independentes integram obrigatoriamente o AMF, independentemente de receberem recursos orçamentários.

- III. O AMF estabelece metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de referência e os dois seguintes.

- IV. O AMF limita-se à fixação de metas, não exigindo demonstrativos complementares.

À luz da LRF e do Manual de Demonstrativos Fiscais, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

124. Com base na classificação doutrinária dos delitos previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta acerca do crime de falsificação de papéis públicos (art. 293 do CP):

- a) Trata-se de delito que exige qualidade especial do agente para sua prática.
- b) O tipo penal admite a forma culposa.
- c) Trata-se de crime comum, plurissubsistente e que admite tentativa.
- d) Não se enquadra, em nenhuma hipótese, na categoria de crime permanente.
- e) O tipo penal é incompatível com a tentativa.

125. À luz das disposições do Código Penal, no que se refere aos delitos cometidos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A corrupção passiva somente se aperfeiçoa quando o agente público efetivamente recebe a vantagem indevida.
- b) A configuração do crime de peculato pressupõe, em qualquer hipótese, o desvio de numerário público em benefício próprio.
- c) O servidor penitenciário que atrasa ou deixa de praticar ato funcional, com a finalidade de atender a interesse ou sentimento de ordem pessoal, pratica o crime de prevaricação.
- d) Para a caracterização do crime de concussão, é necessário que o agente público solicite vantagem indevida mediante ameaça de penalidade administrativa.
- e) O delito de resistência exige que o autor seja agente público e que impeça, com violência, a realização de ato legal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

126. Em relação aos Princípios Tributários e Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária deve se sujeitar ao princípio da anterioridade.
- II-) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III-) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.

b) I, II e III.

c) I e II.

d) II e III.

e) III.

127. O Município Alfa instituiu, por lei ordinária, a “Taxa de Ordenação Urbana”, exigida anualmente de todos os proprietários de imóveis comerciais localizados em área central. A justificativa legal foi o custeio de fiscalização periódica quanto a posturas municipais, segurança predial e uso do solo.

A cobrança é realizada independentemente de vistoria individualizada, sendo o valor fixado em percentual do valor venal do imóvel.

À luz do CTN e da Constituição Federal, é correto afirmar que a exação:

- a) é válida, pois decorre do exercício do poder de polícia, sendo suficiente a potencialidade da fiscalização.
- b) é inválida, pois o poder de polícia exige fiscalização efetiva e individual.
- c) é inválida, pois a taxa não pode adotar base de cálculo própria de imposto.
- d) é válida, desde que o produto da arrecadação seja vinculado ao custeio da atividade fiscalizatória.
- e) é válida, pois foi instituída em lei.

128. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão Constitucional, exceto:

- a) poderá ter o mesmo fato gerador do ICMS.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) integrará a base de cálculo do IBS.
- e) incidirá sobre telecomunicações.

129. Em procedimento fiscal, discute-se qual penalidade aplicar a determinado descumprimento de obrigação acessória, pois a lei prevê duas multas possíveis e há dúvida razoável sobre qual delas se aplica ao caso concreto, em razão da redação ambígua do dispositivo sancionador.

Nos termos do CTN, a interpretação deve ser:

- a) sempre literal, pois toda legislação tributária deve ser interpretada literalmente.
- b) mais favorável ao sujeito passivo, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato e à natureza/graduação da penalidade aplicável.
- c) mais favorável ao Fisco, pois penalidade protege o interesse público arrecadatário.
- d) conforme analogia, ainda que resulte exigência de penalidade não prevista expressamente.
- e) conforme equidade, ainda que afaste penalidade prevista em lei.

130. A empresa Delta, antes de cientificada da existência de qualquer procedimento fiscal, identificou erro em sua escrita fiscal e, no mesmo dia, comunicou o Fisco, recolhendo o ICMS devido decorrente do erro, com juros de mora. Pretendia afastar a multa punitiva. O Fisco, contudo, informou que já havia sido expedida ordem interna de fiscalização para o setor, ainda não cientificada à empresa.

Segundo o CTN, o caso narrado caracteriza denúncia espontânea apta a excluir a responsabilidade por penalidade pecuniária?

- a) Sim, pois a fiscalização só impede a denúncia espontânea quando já houver ciência formal do contribuinte.
- b) Não, pois basta a existência de ordem interna de fiscalização para afastar, ainda que sem ciência do contribuinte.
- c) Sim, mas apenas se o contribuinte também recolher a multa moratória.
- d) Não, pois denúncia espontânea só é admitida para tributos sujeitos a lançamento por homologação.

e) Sim, porém apenas para infrações formais, nunca para falta de pagamento.

131. Lei instituidora de determinado tributo estadual prevê lançamento exclusivamente de ofício. O fato gerador ocorreu em 15/07/2019. O Estado só efetuou o lançamento em 20/08/2025.

À luz do CTN, o direito de lançar:

- a) decaiu em 15/07/2024, pois conta-se 5 anos do fato gerador em qualquer hipótese.
- b) decaiu em 01/01/2025, pois conta-se 5 anos do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- c) não decaiu, pois o prazo decadencial é de 10 anos para lançamento de ofício.
- d) não decaiu, pois o lançamento de ofício não se sujeita a decadência.
- e) decaiu em 20/08/2024, pois conta-se 5 anos da data do lançamento efetivo.

132. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

133. A sociedade empresária XYZ Ltda foi formalmente notificada pela Fazenda Pública Estadual para, no prazo de 20 dias contados do recebimento da notificação, efetuar o pagamento de valores de ICMS não declarados e não recolhidos.

No 12º dia subsequente ao recebimento da notificação, a empresa necessitou comprovar sua regularidade fiscal para fins de participação em procedimento licitatório, requerendo a expedição de certidão perante o Fisco estadual.

Considerando exclusivamente as normas do Código Tributário Nacional, a Administração Tributária deverá expedir

- a) certidão negativa de débitos tributários.
- b) certidão positiva de débitos tributários.
- c) certidão positiva com efeitos de negativa.
- d) certidão negativa com efeitos de positiva.
- e) certidão de dívida ativa.

134. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- II-) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- III-) O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, sujeita-se à incidência do ICMS.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

135. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A Fazenda Pública da União, Estados, DF e Municípios, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) III.
- d) I, II e III.
- e) II.

136. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

I-) O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.

II-) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes.

III-) É possível o Imposto Seletivo ter a mesma Base de Cálculo e o mesmo Fato Gerador do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

137. Com relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir:

I-) Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo ao IBS e a CBS.

II-) A presidência do Comitê Gestor deverá pertencer ao conjunto dos Estados e o Distrito Federal, nos termos de Lei Complementar.

III-) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

138. Estruturalmente, o IBS e a CBS seguirão as mesmas regras para diversos quesitos, exceto em relação a:

a) fatos geradores e bases de cálculo.

b) sujeitos passivos.

c) alíquotas.

d) regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.

e) regras de não cumulatividade e de creditamento.

139. Em relação ao momento de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS, a Lei Complementar 214/2025 estabelece regras específicas para operações de execução continuada ou fracionada em que não seja possível identificar o momento exato de entrega ou disponibilização do bem ou do término do fornecimento do serviço. Nesses casos, como os de fornecimento de água ou energia elétrica, o fato gerador considera-se ocorrido no momento em que:

a) O contrato de fornecimento é assinado entre as partes.

b) O pagamento se torna devido.

c) A medição do consumo é realizada.

d) O serviço é efetivamente consumido pelo destinatário.

e) A fatura é emitida pela empresa fornecedora.

140. Uma empresa decide vender uma máquina antiga que fazia parte do seu ativo não circulante e que não era utilizada em sua atividade econômica habitual. Com base na Lei Complementar 214/2025, sobre a incidência do IBS e da CBS nessa operação, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS e a CBS não incidem sobre operações com ativo não circulante ou realizadas de forma não habitual, pois não fazem parte do objeto social principal da empresa.
- b) O IBS e a CBS incidem sobre qualquer operação com bem ou com serviço realizada pelo contribuinte, incluindo aquelas com ativo não circulante ou no exercício de atividade econômica não habitual.
- c) A incidência sobre operações não habituais depende da obtenção de lucro com a venda do ativo.
- d) A LC 214/2025 isenta a venda de ativo não circulante para promover a renovação tecnológica das empresas.
- e) Somente operações onerosas relacionadas à atividade principal do contribuinte são tributadas pelo IBS e CBS.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

141. A respeito da sujeição passiva por substituição no ICMS paulista, analise as afirmativas abaixo de acordo com o RICMS-SP.

- I. Quando o valor do frete não for conhecido no momento da retenção do imposto por substituição, o contribuinte substituto deverá recolher o ICMS correspondente em momento posterior, quando conhecer o valor.
- II. A saída de mercadoria de um estabelecimento para outro do mesmo titular poderá não se submeter à substituição tributária, a depender da atividade econômica desenvolvida no destino.
- III. A operação de venda de mercadoria para outro estabelecimento substituto tributário da mesma

mercadoria ou de outra sujeita à mesma modalidade de substituição está excluída do regime de substituição tributária.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

142. A legislação paulista do ICMS estabelece regras específicas para a apropriação de créditos do imposto cobrado nas etapas anteriores da cadeia. Sobre essas regras, assinale a alternativa correta:

- a) O crédito poderá ser escriturado no período de apuração em que tiver ocorrido o seu recolhimento.
- b) A apropriação do crédito pode ocorrer a qualquer tempo, desde que não tenha havido prescrição do crédito tributário.
- c) O contribuinte pode se creditar do imposto ainda que o documento fiscal indique outro destinatário, desde que a mercadoria tenha efetivamente sido entregue em seu estabelecimento.
- d) O crédito deverá ser escriturado por seu valor nominal.
- e) O valor destacado a maior no documento fiscal pode ser aproveitado como crédito integral, desde que o tomador do crédito emita documento fiscal devolvendo ao remetente a diferença a maior

143. A empresa Atacadão Sul Paulista Ltda., contribuinte do ICMS no Estado de São Paulo, realizou duas operações distintas durante o exercício:

Situação 1: Em maio, adquiriu determinado lote de mercadorias para revenda e se creditou regularmente do ICMS destacado na nota fiscal. Contudo, até 31 de dezembro nenhuma unidade foi vendida e o estoque permaneceu integralmente armazenado.

Situação 2: Em junho, a empresa recebeu insumos industriais com crédito de ICMS para fabricação de determinado produto. No momento da entrada, era previsível que o produto final seria vendido com tributação. No entanto, por mudanças legislativas, a empresa lançou a saída do produto com isenção, nos termos da legislação vigente.

Considerando o disposto no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa deve estornar o crédito somente no caso da Situação 1, trata-se de hipótese de vedação.
- b) A empresa deve estornar o crédito somente da Situação 2, pois, embora inicialmente a saída fosse tributada, a isenção superveniente exige o estorno quando não prevista à data da entrada.
- c) Ambas as situações exigem o estorno dos créditos apropriados, pois em nenhuma delas houve saída tributada efetiva no exercício.
- d) Nenhuma das situações exige estorno, pois o ICMS já foi recolhido pelo fornecedor e o crédito é direito adquirido.
- e) Apenas a Situação 1 exige estorno, pois a mercadoria permanece no estoque e não cumpriu a finalidade de comercialização

144. A apreensão de mercadorias, documentos e demais bens por parte da fiscalização tributária paulista é medida excepcional, mas amplamente prevista no RICMS/SP como instrumento de controle e repressão a irregularidades fiscais. O procedimento, no entanto, está sujeito a garantias, prazos e condições específicas, tanto em relação à guarda quanto à restituição dos itens apreendidos, bem como à responsabilidade sobre eventuais perdas. Com base nas disposições regulamentares aplicáveis, analise as afirmativas abaixo.

- I. A mercadoria apreendida poderá ser mantida em posse do próprio detentor.
- II. A devolução de mercadoria ou bem apreendidos somente poderá ser autorizada após o pagamento das despesas de apreensão e se o interessado, dentro de 5 dias, contados da ocorrência, exhibir elementos que comprovem o pagamento do imposto devido ou a regularidade fiscal da situação do contribuinte, da mercadoria ou do bem. No caso de mercadoria de rápida deterioração, esse prazo é de 48 horas, salvo se outro, menor, for fixado no termo de apreensão, à vista do estado ou da natureza da mercadoria.
- III. O risco de perecimento ou perda de valor da mercadoria apreendida será do Fisco quando ele assume a guarda dos bens a partir da autuação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

145. A concessão de benefícios fiscais relacionados ao ICMS exige obediência a um regime jurídico específico, consagrado pela Lei Complementar nº 24/1975. Essa norma estabelece um modelo de deliberação interestadual fundamentado na celebração de convênios, com o objetivo de impedir a guerra fiscal e promover a coordenação entre os entes federativos.

O processo envolve a manifestação de todos os Estados e do Distrito Federal, exige ratificação formal (ou tácita) pelos Executivos estaduais e impõe restrições também aos Municípios, no tocante à sua participação na receita do imposto.

Com base nessas disposições, analise as afirmativas abaixo:

- I. Os convênios que autorizam a concessão de incentivos fiscais relacionados ao ICMS devem ser firmados com a convocação de todos os Estados e do Distrito Federal, em reuniões presididas por representante do Governo Federal.
- II. Caso o Poder Executivo estadual não publique decreto ratificando ou rejeitando o convênio dentro de 15 dias da publicação no Diário Oficial da União, considera-se que houve ratificação tácita.
- III. Embora os Municípios não tenham competência para legislar sobre o ICMS, podem conceder benefícios fiscais em relação à parcela do imposto que lhes cabe, desde que com anuência do respectivo Estado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

146. A Lei Complementar nº 192/2022 trouxe inovações relevantes no tratamento do ICMS incidente sobre operações com combustíveis, especialmente ao regulamentar a incidência monofásica prevista no texto constitucional. O dispositivo estabeleceu regras específicas quanto à repartição da receita entre os entes federativos, à forma de incidência e à definição de alíquotas, alterando significativamente a sistemática anterior.

Considerando o regime instituído pela LC 192/2022, assinale a alternativa correta:

- a) Nas operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, o ICMS será sempre partilhado entre os Estados de origem e de destino.
- b) As alíquotas do ICMS aplicáveis aos combustíveis poderão ser diferenciadas por Estado, desde que aprovada por unanimidade no âmbito do CONFAZ.
- c) As alíquotas do ICMS sobre combustíveis serão específicas (ad rem) e uniformes em todo o território nacional, podendo variar conforme o tipo de produto.
- d) Nas operações interestaduais com combustíveis destinados a não contribuintes, o ICMS será devido ao Estado de destino, independentemente da natureza do combustível.
- e) A incidência monofásica prevista na LC 192/2022 impede que as alíquotas do ICMS sejam alteradas no mesmo exercício financeiro

147. A definição de estabelecimento, para fins de incidência do ICMS e apuração de obrigações tributárias, vai muito além de um ponto comercial tradicional. A legislação paulista ampliou o conceito de estabelecimento para alcançar estruturas variadas de operação empresarial, incluindo ambientes digitais, veículos e áreas de atividade específicas, com o objetivo de garantir a eficácia da fiscalização e da arrecadação do imposto.

Com base no RICMS/SP, analise as afirmativas abaixo:

- I. O conceito de estabelecimento abrange qualquer local onde o contribuinte exerça, ainda que parcialmente, sua atividade, mesmo que o espaço pertença a terceiros ou seja utilizado apenas para armazenagem de mercadorias.
- II. Embora a responsabilidade tributária seja atribuída ao titular da empresa, cada um dos seus estabelecimentos é considerado autônomo para fins de cumprimento das obrigações acessórias, inclusive depósitos.
- III. O site ou a plataforma eletrônica que realize a venda ou disponibilização de bens digitais mediante transferência eletrônica de dados é considerado estabelecimento autônomo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

148. O lançamento do crédito tributário relativo ao IPVA no Estado de São Paulo está sujeito a regras específicas estabelecidas pela legislação estadual. A sistemática contempla garantias ao contribuinte, tais como o direito de apresentar contestação, interpor recurso administrativo e oferecer réplica em caso de recurso de ofício. O silêncio, por outro lado, produz efeitos automáticos, inclusive quanto ao envio do débito para inscrição em dívida ativa.

Considerando essas disposições do procedimento administrativo tributário previsto na legislação do Decreto 54.714/09, assinale a alternativa correta:

- a) Caso o contribuinte opte por não contestar o lançamento, mas também não efetue o pagamento do débito fiscal no prazo legal, o processo permanecerá suspenso até manifestação da Procuradoria Geral do Estado.
- b) Se a contestação for julgada procedente em parte e a redução do débito for inferior a 100 UFESPs por exercício, será obrigatória a interposição de recurso de ofício com efeito suspensivo.
- c) O contribuinte tem direito a apresentar mais de um recurso administrativo, desde que a decisão seja parcialmente desfavorável.
- d) Se a contestação for julgada improcedente, o contribuinte terá 30 dias para pagar o débito fiscal ou interpor recurso à autoridade imediatamente superior.
- e) O recurso de ofício interposto pela autoridade julgadora suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas impede o contribuinte de se manifestar sobre ele

149. A definição da alíquota do IPVA é uma etapa fundamental na apuração do valor do tributo devido anualmente pelos proprietários de veículos automotores. Com base na Lei nº 13.296/2008, assinale a alternativa correta:

- a) A alíquota do IPVA para caminhões do tipo carga é de 2%, salvo quando utilizados exclusivamente para transporte intermunicipal.
- b) Motocicletas, ciclomotores, motonetas e similares estão sujeitos à alíquota de 4% do IPVA, independentemente da potência.
- c) Veículos classificados como máquinas de terraplenagem e tratores estão sujeitos à alíquota de 2%.
- d) A alíquota de 1,5% aplica-se a qualquer veículo de uso comercial, incluindo táxis e vans escolares.
- e) A alíquota do IPVA é uniforme em todo o Estado de São Paulo, fixada em 4% para todos os veículos automotores, com exceção dos veículos oficiais

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Rafael Rocha (Caverna)*

150. João procura o Fisco Estadual após um inventário realizado em SP, para sanar dúvidas sobre o pagamento do ITCMD. Com base na Lei Estadual nº 10.705/00, pode-se afirmar que o ITCMD:

- a) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde for domiciliado o de cujus, ou onde tiver domicílio o doador.
- b) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação do bem.
- c) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado do domicílio do doador.
- d) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado em que se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- e) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem ou ao Distrito Federal.

151. De acordo com a legislação tributária estadual paulista, é correto afirmar que se aplicam à multa fixada no auto de infração e imposição de multa as seguintes reduções, a depender do prazo de pagamento:

- a) 75%, 35% e 20%.
- b) 70%, 35% e 20%.
- c) 60%, 30% e 15%.
- d) 50%, 30% e 20%.
- e) 50%, 35% e 20%.

152. É contribuinte do ITCMD:

- a) o legatário, na sucessão legítima.
- b) o doador, na doação.
- c) o espólio, na sucessão provisória.
- d) o testamenteiro, na sucessão testamentária.
- e) o fiduciário, na instituição do fideicomisso.

153. Na sessão de julgamento, qualquer juiz ou a Representação Fiscal poderá solicitar vista dos autos:

- a) uma única vez, pelo prazo máximo de 10 dias, cabendo prorrogação por igual período.
- b) uma única vez, pelo prazo máximo de 15 dias.
- c) uma única vez, pelo prazo máximo de 15 dias, cabendo prorrogação por igual período.
- d) uma única vez, pelo prazo máximo de 30 dias, cabendo prorrogação por mais 15 dias.
- e) uma única vez, pelo prazo máximo de 30 dias, cabendo prorrogação por igual período.

154. Maria, domiciliada em SP, faleceu deixando um apartamento no RJ e um automóvel que, embora registrado no DETRAN do AM, atualmente está em uso por um de seus herdeiros no CE. O inventário administrativo está em curso no DF. Quanto ao ITCMD devido, com base no Decreto Estadual nº 46.655/02, assinale a afirmativa correta:

- a) O ITCMD referente ao apartamento compete a SP, em razão do domicílio da falecida.
- b) O ITCMD referente ao automóvel compete ao CE, local onde o bem está sendo utilizado.
- c) O ITCMD referente ao automóvel compete ao DF, local onde o inventário está sendo processado.
- d) O ITCMD referente ao automóvel compete ao AM, local onde o bem está registrado.
- e) O ITCMD referente ao automóvel compete a SP, local onde era domiciliado o de cujus.

155. O Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (CODECON) é um órgão:

- a) Exclusivamente composto por representantes do fisco.
- b) De composição paritária entre representantes dos poderes públicos e de entidades empresariais e de classe
- c) Que julga processos administrativos-tributários em substituição ao TIT.
- d) Responsável pela aplicação de penalidades disciplinares diretamente aos agentes fiscais.
- e) Que possui caráter remunerado para seus membros.

CONTABILIDADE GERAL*Marcondes Fortaleza*

156. A companhia MAVIFOR possui uma máquina, cujo valor contábil, em 31.12.2025, está demonstrado a seguir (antes do teste de impairment de 2025):

- Valor de aquisição..... R\$ 680.000,00
- (-) Depr. Acumulada(R\$ 140.000,00)
- (-) Perda por Desvalorização..(R\$ 20.000,00)
- (=) Valor contábil..... R\$ 520.000,00

Em 31.12.2025, procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor dessa máquina, foram obtidas as seguintes estimativas:

- Valor em Uso..... R\$ 525.500,00
- Valor Justo.....R\$ 550.000,00

Em consequência, a companhia MAVIFOR deverá registrar em 31.12.2025:

- a) um ganho de 30.000,00.
- b) um ganho de 10.000,00.
- c) um ganho de 20.000,00.
- d) uma perda de 160.000,00.
- e) a companhia não deverá fazer qualquer registro.

157. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A., em 31 de dezembro de 2025, apresentou o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 700.000,00. Durante o ano de 2026, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital com móveis	R\$ 35.000,00
- Aumento de capital com reservas de lucros	R\$ 6.000,00
- Lucro Líquido do Período	R\$ 65.000,00
- Constituição de reserva legal	R\$ 3.250,00
- Reversão de reserva para contingência	R\$ 5.500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios	R\$ 18.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostos	R\$ 6.500,00
- Aquisição de ações em tesouraria	R\$ 2.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2026 foi de:

- a) R\$ 779.500,00.
- b) R\$ 773.500,00.
- c) R\$ 782.250,00.
- d) R\$ 780.000,00.
- e) R\$ 785.500,00.

158. O Patrimônio Líquido da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2025, era composto das seguintes contas e respectivos saldos:

Capital Social: R\$ 300.000,00

Reserva Legal: R\$ 56.000,00

Reserva Estatutária: R\$ 25.000,00

No ano de 2026, o lucro líquido apurado pela Cia. foi R\$ 90.000,00. No período, a empresa teve resultado positivo na equivalência patrimonial de R\$ 30.000,00 e receitas para recebimento em 2028 de R\$ 10.000,00.

Além da Reserva Legal prevista na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

Dividendos mínimos obrigatórios: 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei.

Sabendo-se que R\$ 6.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela Cia. e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, o valor da reserva de lucros a realizar será de

- a) R\$ 0,00
- b) R\$ 18.000,00
- c) R\$ 20.000,00
- d) R\$ 22.000,00
- e) R\$ 24.000,00

159. Uma máquina foi comprada no dia 01/10/2025 e a entidade teve que arcar com os seguintes gastos, todos pagos à vista:

- Valor pago ao vendedor do equipamento.....R\$ 500.000
- Valor gasto para instalação e customização do equipamento.... R\$ 30.000

Como não houve necessidade de instalação, o equipamento ficou disponível para uso no dia da aquisição. A vida útil estimada pela entidade foi de 10 anos, com um valor residual de R\$ 80.000. Para a desmontagem e desinstalação do equipamento, no final do 10º ano, a empresa estima que gastará R\$ 13.200 e a taxa de juros vigente para a empresa na data da aquisição era 20% para o prazo de 10 anos. A empresa calcula a despesa de depreciação pelo método das cotas constantes. O valor contábil do equipamento no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, será em reais,

- a) 451.675.
- b) 529.475.
- c) 609.475.
- d) 531.675.
- e) 494.900.

160. Em 15/02/2026, a companhia VAIDAR**Certo** comprou mercadorias para revenda e pagou os seguintes valores:

- Para o fornecedor das mercadorias..... R\$ 100.000,00
- Para a transportadora que levou as mercadorias até seu depósito.....R\$ 20.000,00

O ICMS a Recuperar incluído nos valores pagos era R\$ 12.000,00. Houve também, nos valores pagos, incidência de tributos não recuperáveis era R\$ 15.000,00. Em 26/02/2026, a empresa vendeu 80% das mercadorias em estoque, nas seguintes condições:

- Vendas à vista..... R\$ 170.000
- Vendas a prazo..... R\$ 120.000
- Prazo para recebimento das vendas a prazo em uma única parcela..... 24 meses

A empresa praticava, na data da venda, uma taxa de juros correspondente a 20% no prazo de 24 meses. O ICMS incidente sobre a venda total foi R\$ 59.400,00.

A empresa pagou R\$ 14.970,00 de comissão para seus vendedores e R\$ 13.120,00 de fretes sobre vendas. O resultado operacional bruto apurado pela VAIDAR**Certo**, especificamente em relação à compra e venda das mercadorias citadas, foi, em reais,

- a) 96.110,00.
- b) 109.230,00.
- c) 102.600,00.
- d) 144.200,00.
- e) 124.200,00.

161. Um ativo intangível foi adquirido em 01/09/2025 por R\$ 600.000 e tinha vida útil definida em 5 anos. Em 31/12/2025 a empresa realizou o teste de “impairment”, com as seguintes informações disponíveis:

- Valor em uso..... R\$ 580.000
- Valor justo líquido de despesas de venda.....R\$ 590.000

A empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da amortização.

O valor da amortização acumulada no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 será, em reais,

- a) 10.000,00.
- b) 20.000,00.
- c) 30.000,00.
- d) 40.000,00.
- e) 60.000,00.

162. Dados extraídos da contabilidade da companhia CAFÉCOMCONTABILIDADE no final do exercício de 2025:

- Aumento do capital social..... R\$ 400.000
- Lucro líquido do exercício..... R\$ 800.000
- Dividendos Distribuídos..... R\$ 180.000
- Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (valor positivo líquido de tributos)..... R\$ 70.000
- Perdas na conversão de demonstrações contábeis de empresa no exterior..... R\$ 40.000
- Prejuízo na venda de ativos imobilizados..... R\$ 65.000

Na Demonstração do Resultado Abrangente referente ao exercício de 2025, o valor do resultado abrangente do período apurado foi, em reais:

- a) 30.000.
- b) 650.000.
- c) 1.230.000.
- d) 830.000.
- e) 910.000.

163. A tabela a seguir apresenta os processos a que uma empresa está respondendo, identificando a probabilidade de perda definida pela empresa para cada um e os valores estimados a serem desembolsados. A análise e os valores se referem a 31/12/2025:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo X	R\$ 457.000	Possível
Processo Y	R\$ 239.000	Provável
Processo Z	R\$ 330.000	Remota
Processo K	R\$ 440.000	Provável
Processo M	R\$ 568.000	Possível

De acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor que deveria ser

contabilizado pela empresa no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, era, em reais:

- a) 239.000.
- b) 679.000.
- c) 440.000.
- d) 1.794.000.
- e) 1.025.000.

164. A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2025: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 450.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 12.500,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 80.000,00; Contas a Pagar: R\$ 190.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 327.500,00. No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2025:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 20.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.
- Recebimento de um adiantamento do cliente João no valor de R\$ 10.000,00.
- Alienação de Partes Beneficiárias no valor de R\$ 15.000,00.

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2025, o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR era, em reais,

- a) 341.500,00.
- b) 343.500,00.
- c) 331.500,00.
- d) 326.500,00.
- e) 369.000,00.

165. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 20.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 40.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 2.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 1.620,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai apresentar participações estatutárias no valor total de:

- a) R\$ 3.580,00.
- b) R\$ 4.580,00.
- c) R\$ 5.420,00.
- d) R\$ 8.000,00.
- e) R\$ 7.580,00.

166. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR tem se mantido constante ao longo do tempo, pois a entidade opera em uma economia com preços estáveis. Levando-se em consideração o cenário apresentado, o lucro bruto será maior se for utilizado o seguinte sistema de avaliação de estoques

- a) PEPS.
- b) UEPS.
- c) Média Ponderada Móvel.
- d) Preço Específico.
- e) O lucro bruto não será alterado em função da escolha do sistema de avaliação.

167. Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2019, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- a) R\$ 120.000,00.
- b) R\$ 140.000,00.
- c) R\$ 160.000,00.

d) R\$ 180.000,00.

e) R\$ 200.000,00.

168. Assinale a opção que indica o valor da despesa de amortização de 2020.

- a) R\$ 20.000,00.
- b) R\$ 30.000,00.
- c) R\$ 35.000,00.
- d) R\$ 40.000,00.
- e) R\$ 45.000,00.

169. Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- a) R\$ 120.000,00.
- b) R\$ 140.000,00.
- c) R\$ 160.000,00.
- d) R\$ 180.000,00.
- e) R\$ 200.000,00.

170. É parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, dentre outros, os livros Diários e Razão:

- a) A Escrituração Contábil Digital (ECD).
- b) A EFD-Contribuições.
- c) O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).
- d) A Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- e) A e-Financeira.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

171. De acordo com as normas de asseguuração e com o conceito de ceticismo profissional, assinale a alternativa correta.

- a) O ceticismo profissional exige do auditor uma postura de desconfiança permanente em relação à administração, sendo incompatível com a aceitação de documentos como genuínos.
- b) A avaliação crítica das evidências dispensa a análise de sua suficiência e adequação quando os documentos apresentados forem formalmente válidos e assinados.
- c) O auditor deve manter o ceticismo profissional especialmente quando identificar evidências inconsistentes, circunstâncias incomuns ou indícios de possíveis distorções, podendo isso demandar a aplicação de procedimentos adicionais.
- d) A experiência passada positiva quanto à integridade dos responsáveis pela entidade elimina a necessidade de o auditor manter postura cética durante o trabalho.
- e) O ceticismo profissional é exigido apenas na fase de planejamento da auditoria, não sendo aplicável à avaliação dos resultados dos procedimentos executados.

172. No que se refere à manutenção do ceticismo profissional ao longo do trabalho de auditoria, considere as assertivas a seguir.

- I. O ceticismo profissional contribui para reduzir o risco de generalizações excessivas ao se tirar conclusões a partir das observações realizadas.
- II. O auditor pode aceitar informações e documentos como confiáveis sempre que não houver indícios objetivos de fraude.
- III. A crença na honestidade e integridade daqueles que fornecem evidências não elimina a necessidade de o auditor manter postura cética.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.

- b) II, apenas.

- c) I, II e III.

- d) II e III, apenas.

- e) I e III, apenas.

173. De acordo com a NBC TA 200 (R1), a auditoria das demonstrações contábeis está sujeita a limitações inerentes, razão pela qual o auditor não pode obter segurança absoluta nem reduzir o risco de auditoria a zero. À luz dessas limitações, é correto afirmar que:

- a) o auditor deve planejar e executar a auditoria de modo a eliminar completamente o risco de não detectar distorções relevantes, especialmente aquelas decorrentes de fraude, mediante a ampliação irrestrita dos testes substantivos.
- b) a impossibilidade de obtenção de segurança absoluta decorre exclusivamente das restrições de custo e de prazo impostas à auditoria, sendo superável caso o auditor disponha de tempo e recursos ilimitados.
- c) as evidências de auditoria possuem, em regra, caráter conclusivo, o que permite ao auditor afirmar com certeza que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes, desde que os procedimentos normativos sejam integralmente aplicados.
- d) as limitações inerentes da auditoria decorrem, entre outros fatores, da natureza das informações contábeis, da natureza dos procedimentos de auditoria e da necessidade de conduzir o trabalho em prazo e custo razoáveis.
- e) a existência de limitações inerentes exige o auditor da responsabilidade de exercer julgamento profissional e ceticismo profissional, uma vez que não é possível obter evidência suficiente e apropriada em nível absoluto.

174. Conforme a NBC TA 230 (R1), a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria variam conforme diversos fatores relacionados ao trabalho e à entidade auditada. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A documentação de auditoria deve ser padronizada e uniforme, independentemente do porte da entidade, desde que a metodologia adotada pelo auditor seja consistente ao longo dos trabalhos.
- b) A extensão da documentação de auditoria é influenciada, entre outros fatores, pela natureza e pela relevância das exceções identificadas durante a execução dos procedimentos de auditoria.
- c) A documentação de auditoria deve priorizar exclusivamente o registro das conclusões finais do auditor, sendo dispensável o detalhamento dos procedimentos quando a evidência obtida for suficiente e apropriada.
- d) A complexidade da entidade auditada não interfere na forma e no conteúdo da documentação de auditoria, desde que os riscos de distorção relevante sejam avaliados como baixos.
- e) A importância da evidência de auditoria obtida é irrelevante para a definição da extensão da documentação, pois o foco da norma recai apenas sobre os riscos identificados de distorção relevante.

175. A NBC TA 240 (R1), ao tratar da apropriação indevida de ativos, destaca que esse tipo de fraude pode envolver tanto empregados quanto a administração da entidade, assumindo diversas formas e, em regra, sendo acompanhada de registros ou documentos falsos ou enganosos. À luz desse referencial normativo, configura exemplo típico de apropriação indevida de ativos:

- a) a adoção deliberada de critérios contábeis agressivos pela administração, ainda que em desacordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, desde que devidamente divulgados em notas explicativas.
- b) o reconhecimento antecipado de receitas decorrentes de contratos de longo prazo, com o

objetivo de melhorar artificialmente os indicadores de desempenho da entidade.

- c) o pagamento efetuado pela entidade a fornecedores fictícios, mediante a criação de documentos ideologicamente falsos, com posterior desvio dos valores para benefício pessoal de empregados ou administradores.
- d) a omissão intencional de passivos contingentes relevantes, visando evitar o descumprimento de cláusulas restritivas contratuais junto a instituições financeiras.
- e) a reclassificação inadequada de despesas operacionais como investimentos, com o intuito de reduzir artificialmente o resultado negativo do exercício.

176. A determinação da materialidade pelo auditor envolve julgamento profissional e é influenciada pela percepção do auditor acerca das necessidades de informação financeira dos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que o auditor assuma que os usuários das demonstrações contábeis:

- a) possuem conhecimento técnico aprofundado em contabilidade e auditoria, sendo capazes de identificar distorções materiais independentemente do trabalho do auditor.
- b) compreendem que as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas com o objetivo principal de eliminar integralmente riscos e incertezas inerentes às atividades econômicas.
- c) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade, e que determinadas distorções podem existir sem comprometer a tomada de decisão.
- d) utilizam exclusivamente as demonstrações contábeis auditadas como base para suas decisões econômicas, desconsiderando outras informações disponíveis no mercado.
- e) exigem que o auditor estabeleça níveis de materialidade com base apenas em critérios quantitativos, afastando qualquer juízo profissional

177. No curso de uma auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deixou de presenciar a contagem física dos estoques na data do balanço em decorrência de circunstância excepcional e imprevisível. Nos termos da NBC TA 501, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve, obrigatoriamente, abster-se de opinar, uma vez que a não observância da contagem física impede a obtenção de evidência de auditoria apropriada.
- b) O auditor deve efetuar ou acompanhar a contagem física dos estoques em data diversa e aplicar procedimentos de auditoria sobre as movimentações ocorridas entre essa data e a data-base.
- c) A ausência na contagem física somente pode ser compensada por meio de confirmações externas junto a fornecedores.
- d) O auditor está dispensado de executar procedimentos adicionais quando os estoques estiverem sob a guarda de terceiros.
- e) O auditor deve emitir opinião com ressalva de forma automática, ainda que obtenha evidência de auditoria suficiente e apropriada por outros procedimentos.

178. A respeito da confiabilidade da evidência de auditoria, conforme as normas técnicas aplicáveis à auditoria independente, assinale a alternativa correta.

- a) A evidência de auditoria obtida de fontes externas à entidade é sempre confiável, não estando sujeita a restrições quanto ao conhecimento, à competência ou à objetividade da fonte emissora.
- b) A evidência de auditoria gerada internamente pela entidade possui confiabilidade inferior à evidência externa, ainda que os controles sobre sua elaboração e manutenção sejam considerados efetivos pelo auditor.
- c) A evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor tende a ser mais confiável do que aquela obtida indiretamente ou por inferência,

independentemente da natureza da informação examinada.

- d) A evidência de auditoria obtida exclusivamente por meio de indagação verbal à administração pode ser considerada suficiente e apropriada, desde que provenha de fonte independente dentro da entidade.
- e) A evidência de auditoria proveniente de documentos digitalizados é sempre menos confiável do que a obtida por documentos originais em papel, ainda que existam controles efetivos sobre sua elaboração e manutenção.

179. Durante auditoria das demonstrações contábeis de determinada companhia do setor de mineração, o auditor independente contratou especialista em geologia para avaliar estimativas relativas à vida útil de jazidas minerais, que impactam diretamente o cálculo da depreciação e do valor recuperável dos ativos. Após a conclusão dos trabalhos, o auditor emitiu relatório com opinião não modificada. De acordo com as normas de auditoria vigentes, o auditor

- a) deve fazer referência expressa ao trabalho do especialista em seu relatório, como forma de transparência quanto à complexidade técnica da matéria examinada.
- b) não deve fazer referência ao trabalho do especialista em seu relatório quando emitir opinião não modificada.
- c) pode fazer referência facultativa ao especialista, desde que declare que parte da responsabilidade pela opinião é compartilhada com ele.
- d) deve mencionar o especialista sempre que o assunto envolver estimativa contábil relevante, independentemente do tipo de opinião emitida.
- e) pode omitir a referência ao especialista apenas se o especialista for empregado da própria firma de auditoria.

180. Uma equipe de auditoria independente, ao examinar as demonstrações contábeis de determinada companhia aberta, identificou as seguintes situações:

- I. A administração recusou-se a permitir o envio de circularização para clientes relevantes, e os procedimentos alternativos aplicados não foram suficientes para reduzir o risco de distorção relevante quanto ao saldo de contas a receber, cujo montante representa 8% do ativo total.
- II. O auditor identificou erro na mensuração de provisão para contingências trabalhistas, cujo impacto representa 3% do patrimônio líquido, tendo obtido evidência apropriada e suficiente de que o valor registrado está subavaliado.
- III. A companhia deixou de consolidar uma controlada relevante, cujo ativo representa 40% do total consolidado, e o auditor obteve evidência suficiente de que a não consolidação distorce de forma substancial as demonstrações contábeis.

Considerando exclusivamente as disposições da NBC TA 705 (Opinião Modificada), é correto afirmar que o auditor deverá emitir, respectivamente, para as situações I, II e III:

- a) Abstenção de opinião; Opinião com ressalva; Opinião adversa.
- b) Opinião com ressalva; Opinião com ressalva; Opinião adversa.
- c) Abstenção de opinião; Opinião adversa; Opinião com ressalva.
- d) Opinião com ressalva; Opinião adversa; Abstenção de opinião.
- e) Abstenção de opinião; Opinião com ressalva; Opinião com ressalva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO AVANÇADO

Fábio Dutra

181. Sobre as hipóteses de não incidência do IBS e da CBS, assinale a alternativa correta:

- a) O fornecimento de serviços por pessoas físicas em decorrência de relação de emprego com o contribuinte não sofre a incidência do IBS e da CBS.
- b) O IBS e a CBS incidem sobre a transferência de bens entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, por se tratar de operação tributável.
- c) A baixa, liquidação e transmissão de participação societária estão sujeitas à incidência do IBS e da CBS em qualquer hipótese.
- d) As doações com ou sem encargos estão sempre sujeitas à incidência do IBS e da CBS, por se tratarem de operações com bens.
- e) Os valores recebidos a título de contribuições associativas estatutárias, ainda que sejam de natureza não contraprestacional, estão sujeitos ao IBS e à CBS.

182. Considerando as disposições sobre a sujeição passiva do IBS e da CBS, conforme a LC 214/2025, é correto afirmar:

- a) Apenas as pessoas jurídicas que desenvolvem atividade econômica de forma habitual são consideradas contribuintes do IBS e da CBS.
- b) O importador de bens materiais não é considerado contribuinte do IBS e da CBS, mas sim responsável tributário solidário.
- c) O fornecedor que realizar operações de forma profissional, ainda que a profissão não seja regulamentada, é contribuinte do IBS e da CBS.
- d) O adquirente de bem em leilão judicial não é considerado contribuinte do IBS e da CBS, ainda que não seja fornecedor habitual.
- e) O contribuinte do IBS e da CBS não tem obrigação de se inscrever nos cadastros relativos a esses tributos.

183. Sobre as contribuições previstas na Constituição Federal, assinale a única alternativa correta:

- a) A União pode instituir, a qualquer tempo, contribuições extraordinárias dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas de seu regime próprio de previdência.
- b) A demonstração de insuficiência da contribuição ordinária incidente sobre o valor dos proventos que supere o salário-mínimo para equacionar déficit atuarial é condição para a instituição de contribuição extraordinária no âmbito da União.
- c) As contribuições para custeio de regime próprio de previdência social somente podem ser instituídas pela União, sendo vedada sua instituição pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico podem incidir sobre as receitas decorrentes de exportação, desde que observado o princípio da anterioridade anual.
- e) A contribuição para o custeio da iluminação pública pode ser instituída exclusivamente pelos Estados e pelo Distrito Federal, sendo vedada sua instituição pelos Municípios.

184. Em 15 de outubro de 2025, foi publicada lei federal que instituiu novo tributo. Considerando os princípios da anterioridade do exercício financeiro e nonagesimal, assinale a alternativa que indica corretamente a partir de quando o tributo poderá ser exigido, caso se trate de contribuição para o financiamento da seguridade social:

- a) A partir de 1º de janeiro de 2026, por força do princípio da anterioridade do exercício financeiro.
- b) Imediatamente após a publicação da lei, pois as contribuições para seguridade social estão dispensadas de ambos os princípios.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2027, por força da aplicação cumulativa de ambos os princípios da anterioridade.
- d) A partir de 13 de janeiro de 2026, por força da exigência do prazo nonagesimal.

e) A partir de 16 de outubro de 2025, pois não há qualquer anterioridade aplicável a esta espécie tributária.

185. No que diz respeito ao lançamento de ofício, previsto no art. 149 do CTN, analise as afirmativas abaixo:

- I. O lançamento é efetuado de ofício pela autoridade administrativa quando a lei assim o determine, sendo esta a única hipótese de lançamento de ofício prevista no CTN.
- II. O lançamento pode ser revisto de ofício quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária, ou quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento de declaração obrigatória.
- III. A revisão do lançamento pode ser iniciada a qualquer tempo, prezando-se pela verdade material, desde que se comprove que o sujeito passivo agiu com dolo, fraude ou simulação.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas a afirmativa I.
- b) Apenas a afirmativa II.
- c) Apenas as afirmativas I e II.
- d) Apenas as afirmativas II e III.
- e) Todas as afirmativas.

186. Uma autarquia federal adquiriu um veículo automotor mediante financiamento bancário com alienação fiduciária. O Estado pretende cobrar IPVA sobre o referido veículo. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O IPVA não pode ser cobrado, pois a imunidade recíproca alcança veículos automotores adquiridos por pessoa jurídica de direito público mediante alienação fiduciária.
- b) O IPVA pode ser cobrado normalmente, pois a propriedade fiduciária pertence à instituição financeira até a quitação total.
- c) O IPVA pode ser cobrado com redução de 50% da alíquota em razão da natureza pública do adquirente.
- d) O IPVA não pode ser cobrado apenas após a quitação total do financiamento e transferência definitiva da propriedade.
- e) O IPVA pode ser cobrado, independentemente de a autarquia comprovar que o veículo está afeto às suas finalidades essenciais para obter a imunidade.

187. A moratória é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Sobre as regras da moratória, analise os itens abaixo:

- I. A moratória em caráter geral pode ser concedida pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- II. A moratória em caráter individual depende de despacho da autoridade administrativa e não gera direito adquirido.
- III. A moratória pode ser circunscrita a determinada região do território ou a determinada classe de contribuintes.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

188. De acordo com a Constituição Federal, não podem ser objeto de instituição ou majoração por meio de medida provisória:

- a) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros (II), Imposto sobre Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- b) Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
- c) Contribuições para a Seguridade Social, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e Contribuições de Interesse de Categorias Profissionais.
- d) Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e Empréstimos Compulsórios.
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e contribuições sociais.

189. Considerando as disposições do CTN sobre interpretação da legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, desde que não utilizados pela Constituição Federal.
- b) Os princípios gerais de direito privado são utilizados para definir os efeitos tributários de institutos de direito civil.
- c) A equidade pode ser empregada para dispensar o pagamento de tributo devido, desde que justificada a situação econômica do contribuinte.
- d) Na ausência de disposição expressa, a analogia pode ser utilizada, mas não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- e) A legislação tributária que dispõe sobre outorga de isenção deve ser interpretada de forma ampla, para beneficiar o maior número possível de contribuintes, prezando pela Justiça Fiscal.

190. Sobre o princípio da vedação ao efeito de confisco previsto no art. 150, IV, da Constituição Federal e sua aplicação às multas tributárias e a jurisprudência do STF, analise os itens a seguir:

- I. As multas tributárias moratórias devem observar o limite de 20% do valor do tributo, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- II. As multas tributárias punitivas por sonegação, fraude ou conluio devem limitar-se a 100% do débito tributário, podendo ser de até 150% em caso de reincidência.
- III. O princípio da vedação ao efeito de confisco aplica-se aos tributos, mas não às multas tributárias, que possuem natureza sancionatória.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

191. Maria, contribuinte do ICMS, deixou de recolher o tributo relativo ao mês de janeiro de 2025, cujo vencimento era 15/02/2025. Em 10/03/2025, antes de qualquer procedimento de fiscalização, Maria compareceu espontaneamente à Secretaria da Fazenda Estadual e solicitou o parcelamento do débito em 12 parcelas mensais. O pedido de parcelamento foi deferido e Maria pagou regularmente todas as parcelas, com juros de mora, sendo a última quitada em fevereiro de 2026. De acordo com o CTN e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- a) Configura-se a denúncia espontânea, pois houve comparecimento voluntário antes de qualquer fiscalização, afastando-se a multa moratória.
- b) Não se configura denúncia espontânea, pois o parcelamento não equivale a pagamento, sendo devida a multa moratória, conforme entendimento do STJ.

- c) A denúncia espontânea afasta apenas a multa punitiva, permanecendo devida a multa moratória.
- d) Como o parcelamento foi solicitado antes de qualquer fiscalização, configura-se a denúncia espontânea, afastando-se todas as penalidades.
- e) O pagamento parcelado com juros de mora é suficiente para caracterizar a denúncia espontânea e afastar qualquer penalidade.

192. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta sobre o conceito de tributo:

- a) O tributo pode ser cobrado mediante atividade administrativa discricionária, desde que previsto em lei.
- b) A prestação tributária pode constituir sanção de ato ilícito, desde que assim previsto expressamente em lei complementar.
- c) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela denominação que lhe é atribuída pela lei instituidora.
- e) A destinação legal do produto da arrecadação é elemento essencial para qualificar a natureza jurídica do tributo.

193. Sobre a isenção tributária, de acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a única alternativa incorreta:

- a) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.
- b) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- c) A isenção, salvo disposição de lei em contrário, não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- d) A isenção, quando concedida por decreto, pode ser revogada a qualquer tempo por outro decreto do Poder Executivo.
- e) A isenção, salvo disposição de lei em contrário, não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

194. A respeito dos programas de incentivo à cidadania fiscal previstos na LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) Somente a RFB poderá instituir programas de incentivo à cidadania fiscal.
- b) Os programas de incentivo à cidadania fiscal serão financiados pelo montante equivalente a até 1% da arrecadação do IBS e da CBS.
- c) Os programas de incentivo à cidadania fiscal visam exclusivamente ao controle interno da administração tributária.
- d) O Comitê Gestor do IBS e a RFB poderão instituir programas de incentivo à cidadania fiscal por meio de estímulo à exigência, pelos consumidores, da emissão de documentos fiscais.
- e) É vedado ao regulamento prever hipóteses em que informações sejam utilizadas para identificar o adquirente não contribuinte nos documentos fiscais eletrônicos.

195. Sobre o prazo prescricional e suas causas de interrupção, conforme o art. 174 do CTN e suas alterações legislativas, assinale a alternativa incorreta:

- a) A prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- b) A prescrição se interrompe pelo protesto judicial ou extrajudicial.
- c) A prescrição se interrompe pela inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
- d) A prescrição se interrompe por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- e) A prescrição se interrompe por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

196. Sobre o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), assinale a alternativa correta:

- a) A União entregará 25,5% do produto da arrecadação do IR, do IPI e do Imposto Seletivo ao FPE e 22,5% ao FPM.
- b) A União entregará 25% do produto da arrecadação do IR, do IPI e do Imposto Seletivo ao FPE e 25% ao FPM.
- c) A União entregará 20% do produto da arrecadação do IR, do IPI e do Imposto Seletivo ao FPE e 22,5% ao FPM.
- d) A União entregará 22,5% do produto da arrecadação do IR, do IPI e do Imposto Seletivo ao FPE e 21,5% ao FPM.
- e) A União entregará 23,5% do produto da arrecadação do IR, do IPI e do Imposto Seletivo ao FPE e 23,5% ao FPM.

197. A respeito das hipóteses de incidência e não incidência do ICMS, analise os itens a seguir:

- I. Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte, ainda que localizados em Estados distintos.
- II. O ICMS não incide sobre operações de alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- III. Nas operações de fornecimento de alimentação em restaurantes, o ICMS incide sobre o valor total da operação, incluindo o fornecimento de mercadorias e a prestação de serviços.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

198. A Emenda Constitucional 132/2023 incluiu o inciso V no § 1º do art. 155 da Constituição Federal, estabelecendo que o ITCMD não incidirá sobre determinadas doações. Sobre essa imunidade, assinale a alternativa correta.

- a) A imunidade alcança todas as doações destinadas a projetos socioambientais, independentemente do âmbito do Poder Executivo beneficiado.
- b) São imunes as doações destinadas a projetos socioambientais no âmbito do Poder Executivo da União e também dos Estados e Municípios.
- c) A imunidade abrange doações destinadas a projetos socioambientais e às instituições federais de ensino, no âmbito do Poder Executivo da União.
- d) As doações destinadas a mitigar os efeitos das mudanças climáticas não estão abrangidas pela imunidade constitucional.
- e) A imunidade se aplica apenas às instituições federais de ensino, não alcançando projetos socioambientais.

199. A empresa hipotética AQUA IMUNE possui as seguintes embarcações:

- I - Embarcação utilizada para prestar serviços de transporte aquaviário, sendo a empresa detentora de outorga para tal finalidade.
- II - Embarcação utilizada para pesca industrial.
- III - Plataforma suscetível de se locomover na água por meios próprios, cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais.

Considerando as regras constitucionais sobre IPVA, estão excetuadas da incidência do imposto:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

200. Sobre a competência tributária da União para instituir impostos, analise os itens a seguir.

- I. A União pode instituir, mediante lei complementar, outros impostos, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- II. Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- III. O imposto sobre grandes fortunas pode ser instituído mediante lei ordinária, conforme disposto expressamente na CF/88.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

201. Considere as seguintes afirmações sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, previsto no art. 156-B da CF/88:

- I. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, as competências administrativas relativas ao IBS.
- II. Compete ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto.
- III. Compete ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços arrecadar o imposto, efetuar as compensações, fiscalizar e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

202. No que se refere aos produtos de higiene pessoal e limpeza no regime diferenciado do IBS e da CBS, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os produtos de higiene pessoal e limpeza estão sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.
- b) Os produtos de higiene pessoal e limpeza contemplados com redução são aqueles majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda, relacionados em anexo específico.
- c) A água sanitária e o papel higiênico não estão contemplados no regime de redução de alíquotas.
- d) O percentual de redução aplicável aos produtos de higiene pessoal e limpeza é de 30%.

e) O regime de redução para produtos de higiene pessoal e limpeza alcança qualquer produto assim classificado pelo Governo Federal.

203. Um caso concreto envolvendo solidariedade tributária foi levado à apreciação do Poder Judiciário. Três empresas do mesmo grupo econômico, que foram consideradas solidárias por diversos elementos, foram autuadas solidariamente pelo não pagamento de vários débitos de ISS em determinado município. A empresa A efetuou o pagamento de parte do tributo devido. A empresa B obteve isenção pessoal do tributo por determinação legal. A empresa C teve contra si decretada a interrupção da prescrição por meio de citação válida.

Com base na legislação tributária aplicável e nos efeitos da solidariedade, analise as afirmações:

- I. O pagamento parcial efetuado pela empresa A extingue a obrigação de todas as empresas solidárias, quanto ao débito pago.
- II. A isenção pessoal concedida à empresa B exonera todas as demais coobrigadas do pagamento integral do tributo.
- III. A interrupção da prescrição em relação à empresa C favorece as empresas A e B.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) III.
- e) I e III.

204. De acordo com a LC 214/2025, o regime específico de incidência do IBS e da CBS sobre os serviços financeiros envolve particularidades quanto às alíquotas, base de cálculo e creditamento. Sobre esse regime, analise as afirmações abaixo:

- I. Como regra, as alíquotas do IBS e da CBS sobre serviços financeiros são nacionalmente uniformes.
- II. É vedado o crédito de IBS e CBS aos adquirentes de serviços financeiros em qualquer hipótese, inclusive quando estes sejam contribuintes do regime regular.
- III. Os serviços financeiros ficam sujeitos ao regime específico quando forem prestados por pessoas físicas e jurídicas supervisionadas pelos órgãos governamentais que compõem o Sistema Financeiro Nacional.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

205. Sobre as obrigações acessórias a serem cumpridas pelas pessoas jurídicas sujeitas aos regimes específicos, de acordo com a LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) As obrigações acessórias serão distintas em cada Estado e Município, conforme legislação local de cada ente federativo.
- b) As obrigações acessórias nos regimes específicos não poderão ser distintas daquelas aplicáveis às operações previstas nas normas gerais de incidência do IBS e da CBS.
- c) As obrigações acessórias nos regimes específicos serão uniformes em todo o território nacional e poderão ter periodicidade distinta daquelas aplicáveis às normas gerais de incidência.

d) Os dados informados nas obrigações acessórias dos regimes específicos não poderão ser agregados por município em nenhuma hipótese.

e) As informações prestadas nas obrigações acessórias têm caráter meramente informativo, não constituindo confissão do valor devido.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA AVANÇADA

Eduardo da Rocha

206. O Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS-SP) define diversas hipóteses de ocorrência do fato gerador do imposto, inclusive em situações que envolvem prestação de serviços, operações interestaduais, operações com o exterior e entradas de mercadorias em estabelecimento optante pelo Simples Nacional. Considerando exclusivamente essas disposições, assinale a alternativa correta que é incondicionalmente verdadeira:

- a) No fornecimento de mercadoria acompanhado de prestação de serviço compreendido na competência tributária dos Municípios, não há incidência do ICMS.
- b) O fato gerador do ICMS, na prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal, ocorre no término da prestação.
- c) O fato gerador do ICMS ocorre no ato final do transporte quando este se iniciar no exterior, ainda que o serviço seja prestado por transportador estrangeiro.
- d) A utilização, por contribuinte paulista, de serviço iniciado em outra unidade da Federação com destino a este Estado somente configura fato gerador do ICMS se o serviço estiver vinculado a operação subsequente tributada.
- e) A entrada de mercadoria oriunda de outro Estado em estabelecimento optante pelo Simples Nacional não configura fato gerador do ICMS, em razão do regime unificado de arrecadação.

207. O Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS-SP) adota conceito jurídico ampliado tanto para a ocorrência do fato gerador quanto para a noção de “saída do estabelecimento”, afastando critérios meramente formais ou civilistas. À luz dessas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) A validade jurídica do ato praticado é requisito indispensável para a caracterização do fato gerador do ICMS, de modo que operações nulas ou anuláveis não podem ser tributadas.
- b) Considera-se saída do estabelecimento, para fins de ICMS, a entrega simbólica de mercadoria depositada em armazém geral paulista a estabelecimento diverso daquele que promoveu o depósito, ainda que a mercadoria não transite fisicamente pelo estabelecimento do depositante paulista.
- c) A caracterização do fato gerador do ICMS depende do título jurídico pelo qual a mercadoria esteve na posse do contribuinte, sendo irrelevantes os efeitos econômicos do ato praticado.
- d) A saída de mercadoria de repartição aduaneira com destino a outro estabelecimento do mesmo titular, localizado neste Estado, configura saída tributável para fins de ICMS.
- e) O encerramento das atividades do estabelecimento não configura saída de mercadoria para fins de incidência do ICMS, por inexistir circulação jurídica.

208. A Lei nº 13.296/2008, ao disciplinar o IPVA no Estado de São Paulo, estabelece momentos distintos para a ocorrência do fato gerador do imposto, conforme a natureza do veículo e a forma de sua aquisição ou utilização.

Considere as seguintes situações envolvendo Marcos Vinícius Andrade, residente no Estado de São Paulo:

- I. Marcos é proprietário de um automóvel usado regularmente registrado em São Paulo desde 2021, permanecendo com a posse do veículo durante todo o ano de 2024.

- II. Em abril de 2024, Marcos adquiriu, como consumidor final, um veículo novo diretamente de uma concessionária paulista.

- III. Em junho de 2024, Marcos importou diretamente do exterior, para uso próprio, uma motocicleta, promovendo o respectivo desembaraço aduaneiro.

- IV. Em agosto de 2024, Marcos adquiriu, em leilão público realizado no Estado de São Paulo, um veículo novo arrematado junto a órgão da Administração Pública.

À luz da legislação do IPVA vigente no Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta quanto ao momento de ocorrência do fato gerador do imposto no ano de 2024 nas situações descritas:

- a) Em todas as situações, o fato gerador do IPVA ocorre no dia 1º de janeiro do respectivo exercício.
- b) Na situação I, o fato gerador ocorre em 1º de janeiro de 2024; na situação II, na data da aquisição do veículo novo; na situação III, na data do desembaraço aduaneiro; e, na situação IV, na data da arrematação do veículo em leilão.
- c) Na situação II e na situação IV, o fato gerador ocorre no momento do registro do veículo no órgão de trânsito competente.
- d) Na situação III, o fato gerador ocorre na data da entrada física do veículo em território nacional.
- e) Na situação I, o fato gerador ocorre apenas quando houver transferência da propriedade do veículo para terceiro.

209. O Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS-SP) estabelece alíquotas específicas para operações com energia elétrica, considerando a destinação do consumo e determinadas características do consumidor. Com base no RICMS-SP, assinale a alternativa correta:

- a) O fornecimento de energia elétrica para unidade residencial que apresente consumo mensal de até 200 kWh sujeita-se à alíquota de 12%, enquanto o consumo que ultrapassar esse limite sujeita toda a operação à alíquota de 15%.
- b) A energia elétrica utilizada no transporte público eletrificado de passageiros é tributada à alíquota de 18%, independentemente do volume de consumo ou da natureza jurídica do prestador do serviço.
- c) A energia elétrica fornecida a imóvel localizado em zona rural será tributada à alíquota de 18%.
- d) A alíquota de 12% aplica-se exclusivamente ao fornecimento de energia elétrica destinado a atividades industriais e comerciais.
- e) A energia elétrica utilizada em propriedade rural inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS será tributada à alíquota de 12%, desde que a propriedade mantenha efetiva exploração agrícola ou pastoril.

210. O Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS-SP) define quem é considerado contribuinte do imposto, abrangendo tanto situações de habitualidade quanto hipóteses específicas em que a lei atribui a sujeição passiva mesmo sem intuito habitualidade.

Com base mencionado Regulamento, sobre o tema assinale a alternativa correta:

- a) Somente será considerado contribuinte do ICMS aquele que, de forma habitual e com intuito comercial, realize operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte ou comunicação.
- b) A pessoa jurídica que importe mercadoria do exterior apenas para uso próprio não é considerada contribuinte do ICMS, por ausência de habitualidade e de finalidade comercial.
- c) O destinatário paulista, ainda que não seja contribuinte do ICMS, é responsável pelo recolhimento da diferença entre a alíquota interna e a interestadual nas operações interestaduais.
- d) A pessoa natural ou jurídica que adquira energia elétrica oriunda de outro Estado, quando não destinada à comercialização ou à industrialização, é considerada contribuinte do ICMS, ainda que não atue com habitualidade.
- e) O remetente localizado em outra unidade federada somente será contribuinte em relação ao diferencial de alíquota do ICMS em São Paulo quando o destinatário paulista também for contribuinte do imposto

211. No curso de uma fiscalização realizada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, um caminhão pertencente à empresa Transporte Rápido Ltda. foi abordado em rodovia estadual transportando mercadorias destinadas a um estabelecimento comercial paulista. Constatou-se que a carga estava desacompanhada de documento fiscal idôneo e que o destinatário das mercadorias é contribuinte do ICMS com histórico de inadimplência reiterada. Diante da situação, a autoridade fiscal lavrou termo de apreensão das mercadorias e adotou as providências cabíveis.

Considerando a disciplina do RICMS-SP sobre apreensão e depósito de mercadorias, assinale a alternativa correta:

- a) A apreensão somente poderia ocorrer se houvesse prova inequívoca de fraude, não sendo suficiente a ausência de documento fiscal ou a inadimplência habitual do contribuinte.
- b) As mercadorias apreendidas devem ser removidas para depósito público estadual, sendo vedado o depósito em poder do próprio detentor.
- c) O veículo transportador também deverá ser apreendido e retido até a quitação integral do crédito tributário e das despesas de remoção e armazenagem.
- d) A apreensão das mercadorias é admitida tanto pela ausência de documentação fiscal quanto pelo fato de estarem em poder de contribuinte habitualmente inadimplente.
- e) As despesas de remoção, armazenagem e seguro das mercadorias apreendidas correrão sempre por conta do contribuinte, ainda que ao final não se comprove a infração

212. Uma indústria paulista do setor metalúrgico adquiriu diversas mercadorias e serviços ao longo do mês de referência, apropriando integralmente os créditos de ICMS destacados nos documentos fiscais de entrada. Em fiscalização posterior, verificou-se que parte dessas aquisições envolvia materiais destinados a uso interno administrativo, bem como insumos aplicados na fabricação de produtos cuja saída foi beneficiada com isenção do imposto, situação esta já existente e conhecida pela empresa à época das entradas.

À luz das regras do RICMS-SP relativas à vedação ao crédito do ICMS, assinale a alternativa correta:

- a) Os créditos apropriados são legítimos, pois a legislação somente veda o crédito quando a saída subsequente não tributada ou isenta for imprevisível à data da entrada da mercadoria.
- b) É vedado o crédito relativo às mercadorias destinadas a uso ou consumo do estabelecimento, bem como àquelas integradas em produto cuja saída seja isenta do imposto.
- c) O crédito é admitido em relação aos materiais de uso administrativo, desde que vinculados indiretamente à atividade econômica do estabelecimento.
- d) A vedação ao crédito não se aplica às mercadorias alheias à atividade do estabelecimento, mas alcança insumos utilizados em processo industrial.
- e) A apropriação do crédito somente seria vedada se a empresa estivesse enquadrada no Simples Nacional

213. A concessão, a revogação e a eficácia de benefícios fiscais relacionados ao ICMS dependem de procedimento específico, envolvendo a atuação conjunta dos Estados e do Distrito Federal, com etapas formais que condicionam a validade e a produção de efeitos desses atos normativos.

Considerando as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 24/1975 sobre a celebração, ratificação e vigência dos convênios, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de benefícios fiscais depende de aprovação por maioria simples dos Estados representados na reunião, desde que posteriormente ratificada pelos respectivos Poderes Executivos.
- b) A revogação total ou parcial de benefícios fiscais concedidos por convênio exige decisão unânime dos Estados e do Distrito Federal, observada a posterior ratificação pelos entes federados.
- c) A ausência de manifestação do Poder Executivo estadual no prazo legal implica rejeição automática do convênio celebrado.
- d) Os convênios celebrados podem limitar a aplicação de suas cláusulas a apenas uma ou algumas Unidades da Federação.
- e) Os convênios produzem efeitos imediatos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União

214. A Lei Complementar nº 160/2017 disciplinou a convalidação, a prorrogação e a possibilidade de modificação de benefícios fiscais relativos ao ICMS, estabelecendo regras específicas quanto à atuação das unidades federadas concedentes e quanto à extensão desses benefícios a outros contribuintes ou a outros entes federados.

Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) Uma vez convalidado o benefício fiscal, a unidade federada concedente fica impedida de revogar, modificar ou reduzir o alcance do ato concessivo antes do término do prazo originalmente fixado.
- b) A modificação do ato concessivo pode resultar em ampliação do valor do benefício usufruído pelo contribuinte, desde que respeitado o prazo-limite de fruição previsto no convênio.
- c) As unidades federadas podem estender benefícios fiscais convalidados apenas aos contribuintes originalmente alcançados pelo ato concessivo, sendo vedada sua ampliação a novos beneficiários.
- d) A unidade federada concedente pode revogar ou modificar o ato concessivo antes do termo final de fruição, desde que a modificação não resulte em benefício superior ao anteriormente usufruído pelo contribuinte.
- e) A adesão a benefícios fiscais concedidos por outra unidade federada independe de critério regional, podendo ocorrer em relação a qualquer ente federado do território nacional

215. Para resolver a questão, considere as seguintes informações:

- produtos de higiene pessoal estejam sujeitos ao regime de substituição tributária para frente no Estado de São Paulo;
- haja acordo para que o ICMS seja recolhido por ST quando da saída do Estado de Minas Gerais para o Estado de São Paulo;
- uma indústria de produtos de higiene localizada em Minas Gerais remete mercadorias no valor de R\$ 300.000,00 para um atacadista paulista;
- a alíquota interna hipotética da mercadoria no Estado de São Paulo é de 18%;
- a margem de valor agregado (MVA) aplicável aos produtos é de 120%;
- o frete foi pago pela própria adquirente junto ao remetente, no valor de R\$ 20.000,00;
- o seguro foi contratado pelo atacadista paulista junto a seguradora terceira, no valor de R\$ 10.000,00.

De acordo com a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), o valor a ser retido pela indústria mineira, a título de ICMS por substituição tributária em favor do Estado de São Paulo, é de:

- a) R\$ 75.600,00
- b) R\$ 86.400,00
- c) R\$ 92.280,00
- d) R\$ 104.400,00
- e) R\$ 118.800,00

216. O Programa de Estímulo à Conformidade Tributária do Estado de São Paulo instituiu um sistema de classificação dos contribuintes do ICMS, com base em critérios objetivos, voltado ao fortalecimento da transparência, da previsibilidade e da cooperação entre o Fisco e os sujeitos passivos.

Considerando as regras que disciplinam a classificação dos contribuintes no âmbito do Programa “Nos Conformes”, assinale a alternativa correta:

- a) A classificação do contribuinte é atribuída mediante requerimento do interessado e pode ser delegada a outros servidores da Administração Tributária.
- b) A classificação leva em consideração fatos geradores ocorridos antes da instituição do Programa, de modo a refletir o histórico completo do contribuinte.
- c) O enquadramento na categoria “NC” possui caráter definitivo, aplicável aos contribuintes que não atendam aos critérios mínimos de conformidade.
- d) A classificação do contribuinte resulta da aplicação isolada de cada critério previsto em lei, prevalecendo sempre o critério relacionado às obrigações pecuniárias.
- e) O contribuinte será previamente informado da classificação que lhe foi atribuída, a qual ficará disponível para consulta pública no portal eletrônico da Secretaria da Fazenda

217. No regime do Simples Nacional, a sistemática de créditos do ICMS apresenta tratamento específico tanto para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes quanto para os adquirentes não optantes, especialmente quando se trata de operações destinadas à comercialização ou à industrialização.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 sobre créditos de ICMS nas operações envolvendo optantes pelo Simples Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A microempresa optante pelo Simples Nacional pode se apropriar e transferir créditos de ICMS relativos às mercadorias adquiridas, desde que destinadas à revenda.
- b) A pessoa jurídica não optante pelo Simples Nacional poderá se creditar do ICMS destacado na nota fiscal emitida por optante, limitado ao valor do ICMS efetivamente devido no Simples Nacional, desde que a mercadoria seja destinada à comercialização ou à industrialização.
- c) O direito ao crédito do ICMS pelo adquirente não optante independe da indicação da alíquota aplicável no documento fiscal emitido pela microempresa optante.
- d) No mês de início de atividades da microempresa optante pelo Simples Nacional, não é admitida a apropriação de crédito de ICMS pelo adquirente não optante.
- e) A existência de isenção estadual concedida à microempresa optante não interfere no direito ao crédito do ICMS pelo adquirente não optante

218. No âmbito do cadastro de contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo, a legislação estabelece regras específicas sobre a solicitação, concessão, manutenção e efeitos da inscrição estadual.

Com base nessas regras, assinale a alternativa correta:

- a) A inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS somente pode ser concedida mediante solicitação expressa do interessado.

- b) A inscrição estadual, uma vez concedida, terá sempre prazo indeterminado, não podendo ser fixado termo final para sua validade.

- c) A falta ou a irregularidade da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS impede o contribuinte de praticar operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte e comunicação.

- d) O domicílio fiscal do contribuinte será o local de sua residência, ainda que se trate de estabelecimento fixo regularmente constituído.

- e) Na hipótese de inscrição concedida por prazo certo, o termo final de validade dispensa indicação nos documentos fiscais emitidos pelo contribuinte

219. No Estado de São Paulo, o procedimento de lançamento de ofício do IPVA não recolhido observa regras específicas quanto à constituição do crédito tributário, à notificação do contribuinte, aos prazos para contestação e às consequências da inércia do sujeito passivo.

À luz dessas regras, assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento de ofício do IPVA somente pode ser efetuado quando houver ausência total de recolhimento do imposto, sendo vedado nas hipóteses de pagamento parcial.

- b) O lançamento de ofício considera-se efetuado independentemente de notificação do contribuinte ou responsável.

- c) O contribuinte poderá contestar o lançamento no prazo de 30 dias contados da ciência da notificação, desde que não tenha efetuado o pagamento integral do débito fiscal.

- d) Julgada improcedente a contestação, o débito fiscal será automaticamente inscrito em dívida ativa, ainda que o contribuinte pretenda interpor recurso administrativo.

- e) O débito de IPVA lançado de ofício será necessariamente constituído, independentemente do valor

220. A empresa LocaBem Serviços Ltda., regularmente constituída e atuante no ramo de locação de veículos, colocou à disposição para locação, no Estado de São Paulo, um automóvel de sua frota no mês de fevereiro de determinado exercício. O veículo permaneceu locado durante todo o ano, sendo utilizado exclusivamente pelo locatário paulista. Ao final do exercício, constatou-se que o IPVA correspondente não havia sido recolhido.

Considerando a Lei do IPVA do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

- a) O locatário do veículo é contribuinte do IPVA relativamente aos exercícios em que estiver na posse direta do bem, uma vez que o imposto incide sobre a utilização do veículo automotor no território do Estado.
- b) O sócio, diretor, gerente, administrador ou responsável pela empresa locadora respondem pelo pagamento do IPVA relativo ao veículo locado, em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios em que o veículo estiver sob locação.
- c) A responsabilidade pelo IPVA recai sobre o proprietário do veículo.
- d) A empresa locadora responde pelo IPVA apenas se houver prova de fraude ou de sonegação do imposto.
- e) O agente público que autorizou o licenciamento do veículo passa a ser responsável solidário pelo imposto.

221. A legislação paulista do IPVA estabelece alíquotas diferenciadas conforme o tipo de veículo, bem como regras específicas para veículos destinados à locação. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

- a) Os veículos tipo caminhão estão sujeitos à alíquota de 2%.
- b) As motocicletas e ciclomotores utilizados por empresa locadora de veículos, desde que registrados no Estado de São Paulo, sujeitam-se à

alíquota reduzida de 1%, aplicável aos veículos destinados à locação.

- c) Os caminhões destinados à locação, de propriedade de empresa locadora regularmente reconhecida, estão sujeitos à alíquota de 1%.
- d) Os veículos automotores enquadrados na regra geral de alíquota de 4% poderão ter essa alíquota reduzida para 1% quando destinados à locação por empresa locadora, desde que registrados no Estado de São Paulo.
- e) Os veículos fabricados até 31 de dezembro de 2008, adaptados para funcionar com gás natural veicular, estarão sujeitos à alíquota de 1%.

222. A legislação paulista do IPVA assegura isenção para veículo vinculado a pessoa com deficiência ou com transtorno do espectro do autismo, observadas determinadas condições. Considerando esse regime jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) A isenção do IPVA alcança qualquer veículo de propriedade da pessoa com deficiência, independentemente de valor, desde que comprovada a condição por laudo médico.
- b) A isenção pode ser concedida para mais de um veículo pertencente ao mesmo beneficiário, desde que utilizados por terceiros por ele autorizados.
- c) A isenção do IPVA aplica-se a veículo novo ou usado, observado limite de valor vinculado ao convênio que disciplina a isenção do ICMS, bem como às hipóteses de arrendamento mercantil, desde que o veículo esteja em situação regular quanto ao registro e licenciamento.
- d) A isenção somente será concedida após regulamentação definitiva da avaliação biopsicossocial, não sendo possível seu reconhecimento antes dessa etapa.
- e) Detectada fraude na obtenção da isenção, o imposto devido será exigido apenas em relação ao exercício em que a irregularidade for identificada.

223. Carlos adquiriu, em 10 de março de 2024, um veículo novo em concessionária localizada no Estado de São Paulo, tendo sido emitida a respectiva nota fiscal nessa mesma data. O IPVA devido foi recolhido apenas em 25 de abril de 2024, sem qualquer parcelamento.

Considerando a legislação paulista do IPVA, assinale a alternativa correta quanto ao recolhimento do imposto e às consequências do atraso.

- a) O recolhimento foi tempestivo, pois o prazo para pagamento do IPVA de veículo novo é contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da aquisição.
- b) O imposto deveria ter sido recolhido até 9 de abril de 2024, estando o contribuinte sujeito à multa de mora calculada a partir do primeiro dia após esse vencimento, limitada a 20% do valor do imposto.
- c) O pagamento foi intempestivo, mas o contribuinte está sujeito apenas à incidência de juros de mora, não sendo aplicável multa de mora.
- d) O atraso no recolhimento do IPVA de veículo novo gera multa de 20%, independentemente do número de dias de atraso.
- e) O recolhimento fora do prazo somente gera penalidade caso o atraso ultrapasse 60 dias, o que não ocorreu no caso concreto.

d) Qualquer pessoa, física ou jurídica, desde que privada, mesmo não sendo contribuinte, que se relacione com a Administração Pública em sua atividade de fiscalização e cobrança de tributos.

e) Exclusivamente a pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade empresarial.

225. De acordo com a Lei Complementar 939/03, uma das garantias do contribuinte é a faculdade de corrigir obrigação tributária antes do início do procedimento fiscal. Essa correção:

- a) Dispensa qualquer autorização do fisco.
- b) Deve ser feita mediante prévia autorização do fisco, em prazo compatível e razoável.
- c) Só é possível após o término da fiscalização.
- d) Gera automaticamente multa de ofício.
- e) Não se aplica à reconstituição de escrituração fiscal.

226. De acordo com a Lei Complementar 939/03, a convalidação de ato praticado pela Administração Fazendária com defeito sanável ou erro notoriamente escusável, com efeitos retroativos, exige cumulativamente:

- a) Pagamento integral do tributo devido, sujeito a correção monetária e acréscimos, e ausência de lesão ao interesse público.
- b) Apenas iniciativa exclusiva do contribuinte e ausência de lesão ao interesse público.
- c) Pagamento do tributo sem acréscimos e manifestação prévia do CODECON.
- d) Decisão judicial transitada em julgado reconhecendo o erro escusável.
- e) Autorização expressa do Agente Fiscal de Rendas responsável pela fiscalização originária.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA AVANÇADA

Rafael Rocha (Caverna)

224. Com base na Lei Complementar 939/03, para os efeitos desta Lei, contribuinte é:

- a) Apenas a pessoa jurídica inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS.
- b) A pessoa natural ou jurídica a quem a lei determine o cumprimento de obrigação tributária.
- c) Somente a pessoa que tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

227. Dibutecco, domiciliado em SP, efetuou a doação de um carro a seu irmão Dimumu, domiciliado no RJ, no valor de R\$ 200.000,00. Estabeleceu, todavia, a condição de que o irmão deverá buscar os filhos de Dibutecco na escola, todas às sextas-feiras.

Julgue os itens a seguir:

- I. Não haverá incidência do ITCMD, em razão de a doação ter sido efetuada com encargo.
- II. A base de cálculo será o valor fixado para lançamento do IPVA.
- III. Dimumu será o contribuinte do ITCMD, em favor de São Paulo.

Com base na lei paulista que rege o ITCMD, pode-se afirmar que:

- a) Não há item correto.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente os itens I e III estão corretos.
- e) Somente os itens II e III estão corretos.

228. Dibutecco, casado há 20 anos no regime da comunhão parcial de bens com Maria, faleceu e deixou um imóvel em SP, que encontrava-se em fase final de construção, cujo valor total era de R\$ 400.000,00. O casal possuía um único filho, João. Nesse caso, considerando que Dibutecco havia quitado 90% do valor do bem, cuja aquisição se deu na constância do casamento a título oneroso, exclusivamente em seu nome, tendo por base o Decreto Estadual nº 46.655/02, pode-se afirmar que o ITCMD devido a SP na referida transmissão será no valor de:

- a) R\$ 16.000,00 por Maria e R\$ 16.000,00 por João.
- b) R\$ 8.000,00 por Maria e R\$ 8.000,00 por João.
- c) R\$ 7.200,00 por Maria e R\$ 7.200,00 por João.
- d) R\$ 8.000,00 por João.
- e) R\$ 7.200,00 por João.

229. Considere a seguinte situação: durante trabalho fiscal na empresa Lucro Fácil Ltda., sediada em Marília-SP, o Fisco Paulista identificou a entrada no estabelecimento de diversas mercadorias para revenda, cuja aquisição fora lastreada em notas fiscais declaradas inidôneas. Em abril de 2022, o AFRE Rodrigo lavrou o devido auto de infração, em meio eletrônico, com valor total do débito fiscal de R\$ 160.000,00. Notificado regularmente da autuação, o contribuinte apresentou defesa, transmitindo-a eletronicamente, segundo as regras atinentes à informatização do processo administrativo tributário. Seguiu-se a manifestação fiscal do órgão autuante e, posteriormente, o julgamento da defesa. A referida decisão considerou procedente na íntegra a autuação. A intimação da decisão, informando ao contribuinte a possibilidade de interposição de recurso, fora publicada no Diário Eletrônico do Estado de São Paulo em 25/11/2022, uma sexta-feira (dia útil).

Considere a UFESP de 2022, como sendo R\$ 30,00.

Diante deste panorama e com base na Lei 13.457/2009, o contribuinte poderá, dentro do prazo legal, interpor recurso:

- a) ordinário para o TIT, cuja admissibilidade cabe ao Delegado Tributário de Julgamento e cujo julgamento compete a uma das Câmaras Julgadoras.
- b) ordinário para o Delegado Tributário de Julgamento, cuja admissibilidade e julgamento a ele competem.
- c) voluntário para o Delegado Tributário de Julgamento, cuja admissibilidade e julgamento a ele competem.
- d) voluntário para o TIT, cuja admissibilidade cabe ao Presidente do Tribunal e cujo julgamento compete a uma das Câmaras Julgadoras.
- e) especial para o TIT, cuja admissibilidade cabe ao Presidente do Tribunal e cujo julgamento compete à Câmara Superior.

230. Dibuteco, viúvo, resolve doar os seguintes bens a seus 4 filhos (João, Paulo, Ana e Maria), da seguinte maneira:

- I. Imóvel localizado no Estado de SP a João;
- II. Imóvel localizado no Estado de RR a Ana;
- III. Veículo licenciado no Estado de SP à Maria;
- IV. Cotas de capital social de empresa sediada em AL à Paulo.

Considerando que apenas Dibuteco e Paulo não residem em SP, com base na Lei Estadual 10.705/00, pode-se afirmar que o ITCMD será devido a SP nas situações descritas:

- a) Apenas em I.
- b) Apenas em II.
- c) Apenas em I e III.
- d) Apenas em IV.
- e) Apenas em I e IV.

CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

Atenção: Dados para resolução das questões 231 e 232.

Uma empresa fez a emissão de 5.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,50 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 7.500.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2018
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 1.220.590,46
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 166.668,22

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas

debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 8.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

231. O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2019 foi, em reais,

- a) 704.999,86.
- b) 916.668,22.
- c) 720.000,00.
- d) 675.000,00.
- e) 886.668,22.

232. O saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2019 para as debêntures emitidas foi, em reais,

- a) 7.029.409,52.
- b) 7.317.741,18.
- c) 7.499.409,52.
- d) 6.954.409,52.
- e) 7.499.409,52.

Atenção: Dados para resolução das questões 233 e 234.

A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00.

233. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- a) 1.000,00.
- b) 2.000,00.
- c) 3.000,00.
- d) 4.000,00.
- e) 5.000,00.

234. Se os dois ativos fossem mensurados pelo custo amortizado, o valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira seria, em reais,

- a) 1.000,00.
- b) 2.000,00.
- c) 3.000,00.
- d) 5.000,00.
- e) 4.000,00.

235. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.

e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

236. A empresa ILUSTRES S.A. possuía um imóvel de uso com valor contábil, em 31/12/25, de R\$ 500.000,00. Referido imóvel havia sido reavaliado, razão pela qual a empresa tinha um saldo em reserva de reavaliação de R\$ 10.000,00. Em 01/01/26, a empresa retira o imóvel de uso e o aluga a terceiros, passando a mensurá-lo pelo valor justo que, na ocasião, por circunstâncias de mercado, era de R\$ 480.000,00. O registro contábil da mudança de imóvel de uso para aluguel a terceiros:

- a) não afetará o valor do PL
- b) diminuirá o resultado em R\$ 20.000,00
- c) não afetará o resultado do exercício
- d) diminuirá o PL em R\$ 10.000,00
- e) diminuirá o valor do PL em R\$ 20.000,00

237. A empresa ILUSTRES S.A. possuía um imóvel de uso com valor contábil, em 31/12/25, de R\$ 500.000,00. Em 01/01/26, a empresa retira o imóvel de uso e o aluga a terceiros, passando a mensurá-lo pelo valor justo que, na ocasião, era de R\$ 550.000,00. O registro contábil da mudança de imóvel de uso para aluguel a terceiros:

- a) não afetará o valor do PL.
- b) aumentará o resultado em R\$ 50.000,00
- c) não afetará o resultado do exercício.
- d) diminuirá o PL em R\$ 50.000,00
- e) diminuirá o valor do PL em R\$ 50.000,00

238. A companhia É LENHA apresentou, para o ano de 2025, a seguinte Demonstração do Resultado, com os valores expressos em reais:

• Receita de Vendas	80.000
• (-) ICMS sobre Vendas	(14.400)
• Vendas Líquidas	65.600
• (-) Custo das Mercadorias Vendidas	(25.000)
• = Lucro Bruto	40.600
• (-) Amortização	(1.500)
• (-) Salários	(4.000)
• (-) INSS (parcela da empresa)	(800)
• (-) FGTS sobre salários	(320)
• = Lucro antes dos impostos	33.980
• (-) IR e CSLL	(11.500)
• = Lucro Líquido	22.480

O valor do INSS retido dos empregados que estava incluído nas despesas com salários era R\$ 440,00 e o valor dos tributos recuperáveis que estavam incluídos nos valores das compras, referentes aos produtos que foram vendidos em 2025, totalizava R\$ 5.000,00.

O valor adicionado destinado ao governo, referente ao ano de 2025, foi, em R\$:

- a) R\$ 21.700,00.
- b) R\$ 22.140,00.
- c) R\$ 27.140,00.
- d) R\$ 26.700,00.
- e) R\$ 25.900,00.

239. A companhia MAVIFOR apresentou as seguintes informações relativas ao exercício encerrado em 31.12.2025:

- diminuição de R\$ 10.000 em clientes;
- aumento de R\$ 11.000 em mercadorias;
- aumento de R\$ 12.000 no intangível;
- aumento de R\$ 3.000 em amortização acumulada;
- aumento de R\$ 13.000 em contas a pagar;

- redução de R\$ 14.000 em salários a pagar;
- aumento de R\$ 15.000 em tributos a pagar;
- aumento de R\$ 16.000 em empréstimos obtidos;
- redução de R\$ 17.000 em financiamentos de longo prazo a pagar;
- redução de R\$ 1.000 em energia elétrica a pagar;
- aumento de R\$ 20.000 no capital social;
- lucro líquido do exercício R\$ 100.000.

Nessa situação hipotética, o caixa gerado nas atividades operacionais foi

- a) R\$ 115.000,00.
- b) R\$ 112.000,00.
- c) R\$ 126.000,00.
- d) R\$ 120.000,00.
- e) R\$ 141.000,00.

240. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa É LENHA S.A. era, em determinada data, R\$ 500.000,00. A empresa MACHADO S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da É LENHA S.A. pagando o preço total de R\$ 350.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da É LENHA S.A. era, nessa mesma data, R\$ 600.000,00.

O valor registrado em investimento na data da aquisição foi, em reais,

- a) 100.000,00.
- b) 150.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 360.000,00.
- e) 600.000,00.

241. Uma empresa industrial incorreu nos seguintes gastos no ano de 2020:

Compra de máquinas	R\$ 7.000,00
Matéria prima consumida	R\$ 8.000,00
Depreciação das máquinas da fábrica	R\$ 5.000,00
Mão de obra direta incorrida	R\$ 10.000,00
Mão de obra indireta incorrida	R\$ 13.000,00
Salários dos funcionários da área comercial	R\$ 12.000,00
Despesa de vendas	R\$ 3.600,00

Assinale a opção que indica o custo de transformação da empresa, em 2020.

- a) R\$ 28.000,00.
- b) R\$ 31.000,00.
- c) R\$ 23.000,00.
- d) R\$ 43.000,00.
- e) R\$ 50.000,00.

242. A Cia. industrial MAVIFOR incorreu nos seguintes custos durante o mês de janeiro de 2022:

- Matéria-prima consumida: R\$ 100,
- mão de obra direta: R\$ 300;
- custos indiretos de fabricação variáveis: R\$ 80;
- custos indiretos fixos de fabricação: R\$ 120.

Nesse mês, a empresa produziu 10 unidades e vendeu 70% delas por R\$ 550.

Quais são os custos dos produtos vendidos de acordo com o custeio por absorção e com o custeio variável, respectivamente?

- a) R\$ 130 e R\$ 214.
- b) R\$ 214 e R\$ 130.
- c) R\$ 336 e R\$ 420.
- d) R\$ 600 e R\$ 480.
- e) R\$ 420 e R\$ 336.

243. A indústria CAFÉ COM CONTABILIDADE que fabrica e vende o produto É LENHA pelo valor unitário de venda de R\$ 900, apresentou os seguintes custos e despesas em 2025.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 7.000
- Mão de obra direta: R\$ 18.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 2.000
- Custos fixos totais: R\$ 19.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 4.000
- Fixas: R\$ 9.000

Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 7.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- a) R\$ 5.700,00.
- b) R\$ 8.730,00.
- c) R\$ 12.400,00.
- d) R\$ 13.300,00.
- e) R\$ 19.000,00

244. A empresa MAVIFOR apresentou, no exercício social de X1, custos indiretos de fabricação no montante de R\$ 30.000,00.

A empresa fabricou três produtos, os quais tiveram os seguintes gastos com mão de obra direta

Produto A = R\$ 4.000

Produto B = R\$ 6.000

Produto C = R\$ 8.000

Considerando o rateio dos CIF com base na mão de obra direta, o produto A receberá, a título de gastos gerais de fabricação, o montante de:

- a) R\$ 6.000,00.
- b) R\$ 6.666,67.
- c) R\$ 8.000,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 13.333,33.

245. A empresa MAVIFOR apresenta os seguintes custos para a fabricação de seu produto X:

- Custo variável unitário: R\$ 5
- Custos fixos associados à produção de X: R\$ 400
- Preço unitário de venda de X: R\$ 9

Considerando o custeio variável, caso a companhia produza e venda 120 unidades de X, ela terá um lucro bruto de:

- a) R\$ 80,00.
- b) R\$ 100,00.
- c) R\$ 480,00.
- d) R\$ 800,00.
- e) R\$ 1.080,00.

246. Julgue os itens seguintes a respeito da departamentalização:

- I. Departamento é uma unidade administrativa para a contabilidade de custos, representada por pessoas e máquinas (na maioria dos casos).
- II. Um departamento sempre corresponderá a um centro de custos.
- III. Para a alocação dos custos indiretos aos produtos, é necessário que todos estes custos estejam, na penúltima fase, nos departamentos de produção.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

247. Marque a alternativa correta:

- a) Estruturas diferenciadas em termos de composição de Custos e Despesas Fixas e Variáveis não provocam diferenciadas condições de resistências e oscilações nos volumes e preços de venda.
- b) Cada vez que ocorre uma alteração no valor dos Custos e Despesas Fixos, o que resultar de acréscimo percentual sobre esse total redundará em igual aumento percentual sobre o ponto de equilíbrio.
- c) Embora tenhamos Custos perfeitamente fixos, não há Despesas perfeitamente fixas.
- d) À medida que aumenta a Margem de Segurança, cresce a Alavancagem Operacional.
- e) A margem de contribuição é um conceito amplamente utilizado no âmbito do Custeio por Absorção.

248. Marque a alternativa correta:

- a) O ponto de equilíbrio contábil consiste na quantidade produzida e vendida em que, computados apenas os custos e despesas fixos que geram desembolso. .
- b) O ponto de equilíbrio financeiro é aquele em que o lucro contábil apurado na atividade empresarial é igual ao rendimento que seria obtido se o capital aplicado fosse destinado a outra alternativa de investimento.
- c) O ponto de equilíbrio econômico é aquele em que, ao produzir e vender um determinado número de unidades, a indústria apura resultado igual a zero, isto é, não há lucro nem prejuízo.
- d) A margem de contribuição é equivalente a quantidade produzida e vendida acima do ponto de equilíbrio.
- e) Há situações específicas em que quanto mais unidades vendidas, menor o lucro, podendo chegar até ao prejuízo.

249. Considere os seguintes dados da empresa MAVIFOR S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.
- Custos e despesas variáveis = R\$ 250,00/u.
- Custos e despesas fixos = R\$ 50.000,00/mês.
- Preço de venda = R\$ 500,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 258 unidades.
- b) 200 unidades.
- c) 72 unidades.
- d) 58 unidades.
- e) 30 unidades.

250. A respeito da contabilidade de custos, marque a alternativa incorreta.

- a) Quanto maior é a complexidade dos processos de fabricação de determinado produto, maior será a distorção causada na apuração do seu custo de produção quando não se usa o ABC.
- b) No RKW as despesas integram o valor do produto.
- c) No que diz respeito às etapas de aplicação do custeio ABC, primeiro é feito o custeamento dos produtos e depois o das atividades.
- d) O grau de alavancagem operacional pode ser entendido como sendo a variação percentual nos lucros operacionais, relacionada com determinada variação percentual no volume de vendas.
- e) Se a empresa "X" opera com um grau de alavancagem operacional de 1,40 e a empresa "Y" com um grau de alavancagem operacional de 1,60, podemos concluir que a variação percentual do lucro sobre vendas da empresa "X" é menos sensível à variação do volume de vendas do que na empresa "Y".

FLUÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

251. Sobre os tipos de dados utilizados em sistemas de informação e análise de dados, assinale a alternativa correta.

- a) Dados estruturados não possuem esquema definido e são armazenados exclusivamente em formatos como vídeos, imagens e textos livres.
- b) Dados semiestruturados exigem obrigatoriamente tabelas relacionais rígidas, com colunas fixas e integridade referencial.
- c) Dados não estruturados caracterizam-se pela ausência de organização formal em campos e registros, sendo comuns em documentos de texto, mídias digitais e redes sociais.
- d) Dados estruturados não permitem consultas automatizadas, sendo analisados apenas de forma manual.
- e) Dados semiestruturados não possuem qualquer marcação ou metadado que organize sua informação interna.

252. Sobre os conceitos fundamentais de Ciência de Dados e o ciclo de vida da informação, assinale a alternativa correta.

- a) O ciclo de vida da Ciência de Dados inicia-se pela modelagem preditiva e somente após essa etapa ocorre a coleta de dados.
- b) O processo de Ciência de Dados compreende etapas como entendimento do problema, coleta e preparação dos dados, modelagem, avaliação e implantação, sendo iterativo e orientado a objetivos de negócio.
- c) O ciclo de vida da informação limita-se à etapa de armazenamento, não contemplando fases como coleta, processamento, uso e descarte.
- d) A etapa de avaliação no processo de Ciência de Dados ocorre apenas após a implantação do modelo em produção.
- e) O processo de Ciência de Dados não envolve comunicação de resultados, pois sua finalidade restringe-se à construção técnica de modelos.

253. Sobre a metodologia CRISP-DM (Cross Industry Standard Process for Data Mining), assinale a alternativa correta.

- a) A metodologia CRISP-DM estabelece um processo linear e rígido, no qual cada fase deve ser concluída integralmente antes da próxima, sem possibilidade de retorno.
- b) A fase de modelagem é a etapa inicial do CRISP-DM, pois define diretamente os algoritmos a serem utilizados antes da compreensão do problema de negócio.
- c) A fase de avaliação no CRISP-DM tem como único objetivo verificar o desempenho estatístico do modelo, sem considerar os objetivos de negócio.
- d) O CRISP-DM organiza o processo de mineração de dados em fases como entendimento do negócio, entendimento dos dados, preparação dos dados, modelagem, avaliação e implantação, permitindo iteração entre elas.
- e) A metodologia CRISP-DM é restrita a projetos acadêmicos e não pode ser aplicada em ambientes corporativos.

254. Sobre os princípios da Segurança da Informação e sua aplicação na proteção de dados, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da confidencialidade garante que os dados estejam sempre disponíveis aos usuários, mesmo sem mecanismos de autenticação.
- b) A integridade assegura que as informações não sofram alterações não autorizadas ao longo de seu ciclo de vida, preservando sua exatidão e consistência.
- c) A disponibilidade refere-se exclusivamente ao sigilo das informações sensíveis.
- d) A rastreabilidade elimina a necessidade de controles de acesso, pois permite apenas identificar usuários após incidentes.
- e) A integridade está relacionada apenas à criptografia de dados em repouso, não abrangendo transmissões.

255. No contexto de proteção de dados e governança da informação, assinale a alternativa correta.

- a) A anonimização permite a reversão dos dados ao titular original por meio de chaves de decodificação mantidas pela organização.
- b) O mascaramento substitui dados sensíveis por valores fictícios ou parcialmente ocultos, mantendo a utilidade operacional sem expor informações reais.
- c) Políticas de retenção determinam que todos os dados devem ser armazenados indefinidamente para fins de auditoria.
- d) A classificação de dados é irrelevante para controle de acesso, pois os mesmos privilégios devem ser aplicados a todas as informações.
- e) O controle de acesso dispensa registro de atividades, tornando desnecessária a rastreabilidade.

256. Sobre os principais repositórios de dados utilizados em arquiteturas analíticas modernas, assinale a alternativa correta.

- a) O Data Lakehouse combina características do Data Lake e do Data Warehouse, permitindo armazenar grandes volumes de dados brutos com suporte a governança, transações e consultas analíticas estruturadas.
- b) O Data Mart substitui o Data Warehouse, sendo responsável por centralizar todos os dados corporativos em nível organizacional.
- c) O Data Lake armazena exclusivamente dados estruturados e previamente modelados em esquemas relacionais rígidos.
- d) O Data Warehouse é voltado ao armazenamento de dados não estruturados, como imagens e vídeos, sem necessidade de integração prévia.
- e) O Data Mart é um repositório não estruturado destinado a dados em tempo real provenientes de sensores e dispositivos IoT.

257. de informação, uma organização avalia o uso de bancos relacionais e NoSQL para diferentes cargas de trabalho analíticas e operacionais.

Considerando as características técnicas desses dois modelos, assinale a alternativa correta.

- a) Bancos NoSQL priorizam consistência transacional forte em todos os cenários, seguindo rigidamente o modelo ACID em sistemas distribuídos.
- b) Bancos de dados relacionais não suportam índices ou mecanismos de otimização de consultas em grandes volumes de dados.
- c) Bancos NoSQL costumam adotar modelos de dados flexíveis, como documentos, chave-valor, colunar ou grafos, favorecendo escalabilidade horizontal e adaptação a dados heterogêneos.
- d) Bancos relacionais são incompatíveis com normalização e não utilizam chaves primárias ou estrangeiras.
- e) Bancos NoSQL exigem esquemas fixos previamente definidos para cada coleção ou tabela.

258. Em um projeto de análise de grandes volumes de dados, a equipe técnica discute o uso de Inteligência Artificial, Machine Learning e Deep Learning para automatizar decisões e reconhecer padrões complexos.

Com base nas diferenças conceituais entre essas abordagens, assinale a alternativa correta.

- a) Inteligência Artificial refere-se exclusivamente a redes neurais profundas utilizadas para reconhecimento de imagens e voz.
- b) Machine Learning consiste apenas em regras programadas manualmente, sem uso de dados para treinamento de modelos.
- c) Deep Learning não depende de dados históricos, pois aprende apenas por lógica simbólica.
- d) Inteligência Artificial e Machine Learning são sinônimos e descrevem exatamente os mesmos métodos computacionais.
- e) Deep Learning é um subconjunto do Machine Learning que utiliza redes neurais com múltiplas

camadas para aprender representações complexas a partir de grandes volumes de dados.

259. Durante o desenvolvimento de um sistema de atendimento automatizado capaz de interpretar mensagens de usuários em linguagem natural, a equipe técnica precisa aplicar técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) para extrair significado, intenção e contexto dos textos.

Considerando os fundamentos do PLN, assinale a alternativa correta.

- a) O PLN limita-se à tradução automática entre idiomas, não sendo aplicável à análise de sentimentos ou classificação de textos.
- b) Técnicas de PLN permitem transformar textos em representações numéricas (como vetores de características) para que algoritmos de Machine Learning possam processar linguagem humana.
- c) O PLN dispensa qualquer tipo de pré-processamento textual, pois modelos aprendem diretamente de frases brutas sem tratamento.
- d) O PLN é um ramo independente da Inteligência Artificial, sem relação com Machine Learning ou Deep Learning.
- e) Modelos de PLN são utilizados apenas para correção ortográfica, não sendo adequados para tarefas semânticas.

260. Em um banco de dados corporativo, a tabela Vendas registra as colunas (id_venda, vendedor, valor, data_venda, regioao). A equipe precisa gerar um relatório que apresente, para cada região, o total de vendas apenas dos vendedores que ultrapassaram determinado volume financeiro, ordenando o resultado do maior para o menor faturamento.

Considerando os recursos da DQL (SQL de consulta), assinale a alternativa correta.

- a) A cláusula HAVING permite aplicar condições sobre resultados agregados, enquanto GROUP BY organiza os dados por região.
 - b) Funções de agregação como SUM() não podem ser combinadas com GROUP BY em uma mesma consulta.
 - c) A filtragem por totais de vendas por região deve ser realizada na cláusula WHERE, após o uso da função SUM().
 - d) A ordenação dos resultados deve ocorrer antes do agrupamento, utilizando ORDER BY antes de GROUP BY.
 - e) Junções (JOIN) são obrigatórias sempre que se utilizam funções de agregação.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
